

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017	9
Demonstração do Valor Adicionado	10
Comentário do Desempenho	11
Notas Explicativas	20

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	47
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2017
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	48.067.937
Preferenciais	29.787.362
Total	77.855.299
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária	28/04/2017	Dividendo	31/12/2017	Preferencial	Preferencial Classe A	0,99608
Assembléia Geral Ordinária	28/04/2017	Dividendo	31/12/2017	Preferencial	Preferencial Classe B	0,99608
Assembléia Geral Ordinária	28/04/2017	Dividendo	31/12/2017	Ordinária		0,99608

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	4.875.883	4.923.865
1.01	Ativo Circulante	1.485.768	1.608.748
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	84.118	168.127
1.01.02	Aplicações Financeiras	4.813	2.408
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	4.813	2.408
1.01.02.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	4.813	2.408
1.01.03	Contas a Receber	1.299.133	1.357.047
1.01.03.01	Clientes	789.676	799.536
1.01.03.01.01	Consumidores, Concessionários e Permissionárias	868.687	875.221
1.01.03.01.02	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-111.831	-110.653
1.01.03.01.04	Consumidores Baixa Renda	32.820	34.968
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	509.457	557.511
1.01.03.02.02	Serviços em Curso	66.494	66.440
1.01.03.02.03	Cauções e Depósitos	53.249	44.562
1.01.03.02.05	Outros Créditos	69.459	84.827
1.01.03.02.08	Subvenção CDE - desconto tarifário	320.255	271.330
1.01.03.02.09	Ativos financeiros Setoriais	0	90.352
1.01.06	Tributos a Recuperar	97.704	81.166
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	97.704	81.166
1.01.06.01.01	Tributos a Compensar	97.704	81.166
1.02	Ativo Não Circulante	3.390.115	3.315.117
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.384.585	1.350.144
1.02.01.03	Contas a Receber	5.159	5.861
1.02.01.03.01	Clientes	5.159	5.861
1.02.01.06	Tributos Diferidos	86.727	93.085
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	86.727	93.085
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.292.699	1.251.198
1.02.01.09.03	Depósitos vinculados a Litigio	38.925	37.800
1.02.01.09.04	Cações e depósitos	26.917	26.986
1.02.01.09.05	Benefício fiscal	47.556	49.240
1.02.01.09.06	Ativo indenizavel (concessao)	1.150.221	1.103.190
1.02.01.09.08	Tributos a compensar	27.462	32.364
1.02.01.09.09	Outros Créditos	1.618	1.618
1.02.03	Imobilizado	54.542	55.782
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	54.542	55.782
1.02.04	Intangível	1.950.988	1.909.191
1.02.04.01	Intangíveis	1.950.988	1.909.191
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	1.843.265	1.799.548
1.02.04.01.02	Softwares	107.723	109.643

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	4.875.883	4.923.865
2.01	Passivo Circulante	1.438.757	1.507.204
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	47.361	47.749
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	47.361	47.749
2.01.02	Fornecedores	436.782	497.299
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	436.782	497.299
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	315.221	375.220
2.01.02.01.02	Partes Relacionadas	121.561	122.079
2.01.03	Obrigações Fiscais	115.383	142.579
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	32.452	42.120
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	81.026	97.669
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.905	2.790
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	394.356	384.031
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	244.289	240.074
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	244.103	239.987
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	186	87
2.01.04.02	Debêntures	150.067	143.957
2.01.04.02.01	Debentures	150.067	143.957
2.01.05	Outras Obrigações	442.294	423.009
2.01.05.02	Outros	442.294	423.009
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	78.017	78.016
2.01.05.02.05	Passivos financeiros setoriais	20.009	0
2.01.05.02.09	Obrigações com Benefícios Pós-Emprego	1.819	2.974
2.01.05.02.10	Outras Obrigações	37.165	37.133
2.01.05.02.11	Taxas Regulamentares	305.284	304.886
2.01.06	Provisões	2.581	12.537
2.01.06.02	Outras Provisões	2.581	12.537
2.01.06.02.05	Provisões Luz para Todos	2.581	12.537
2.02	Passivo Não Circulante	1.022.526	1.103.205
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	622.952	695.660
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	481.446	555.496
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	472.649	546.447
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	8.797	9.049
2.02.01.02	Debêntures	141.506	140.164
2.02.01.02.01	Debentures	141.506	140.164
2.02.02	Outras Obrigações	225.577	220.763
2.02.02.02	Outros	225.577	220.763
2.02.02.02.03	Fornecedores	2	8
2.02.02.02.04	Tributos a Pagar	12.043	12.770
2.02.02.02.05	Obrigações com Benefícios Pós-Emprego	93.494	93.748
2.02.02.02.06	Taxas regulamentares	72.243	66.079
2.02.02.02.07	Passivos financeiros setoriais	47.250	47.613
2.02.02.02.08	Outras Obrigações	545	545
2.02.04	Provisões	173.997	186.782
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	173.997	186.782
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	1.900	1.909

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	42.987	42.853
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	96.433	89.562
2.02.04.01.05	Provisões Regulatórias	32.677	52.458
2.03	Patrimônio Líquido	2.414.600	2.313.456
2.03.01	Capital Social Realizado	554.946	554.946
2.03.02	Reservas de Capital	358.671	358.671
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	221.188	221.188
2.03.02.07	Remuneração de bens e direitos constituídos com capital	31.160	31.160
2.03.02.08	Incentivo fiscal - Adene	106.323	106.323
2.03.04	Reservas de Lucros	1.399.839	1.399.839
2.03.04.01	Reserva Legal	48.845	48.845
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	645.387	645.387
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	77.550	77.550
2.03.04.10	Reserva de reforço de capital de giro	628.057	628.057
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	101.144	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	975.295	850.530
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-789.210	-693.147
3.03	Resultado Bruto	186.085	157.383
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-34.884	-30.342
3.04.01	Despesas com Vendas	-17.421	-16.717
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-29.437	-24.530
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	12.535	11.749
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-561	-844
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	151.201	127.041
3.06	Resultado Financeiro	-25.099	-23.761
3.06.01	Receitas Financeiras	25.390	46.941
3.06.02	Despesas Financeiras	-50.489	-70.702
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	126.102	103.280
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-24.958	-21.517
3.08.01	Corrente	-18.600	-14.913
3.08.02	Diferido	-6.358	-6.604
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	101.144	81.763
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	101.144	81.763
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	1,29913	1,05020
3.99.01.02	PNA	1,37708	1,15521
3.99.01.03	PNB	1,42904	1,11321
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	1,29912	1,05020
3.99.02.02	PNA	1,37708	1,15521
3.99.02.03	PNB	1,42904	1,11321

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	101.144	81.763
4.02	Outros Resultados Abrangentes	0	-788
4.02.03	Perdas com instrumentos financeiros	0	-1.194
4.02.04	Tributos diferidos sobre perda em instrumentos financeiros	0	406
4.03	Resultado Abrangente do Período	101.144	80.975

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	133.479	310.481
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	212.762	184.269
6.01.01.01	Lucro líquido do período	101.144	81.763
6.01.01.03	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	17.051	16.423
6.01.01.04	Amortização e depreciação	45.192	41.608
6.01.01.05	Variações monetárias e juros líquidos	23.243	35.955
6.01.01.06	Valor residual de ativo intangível	86	-300
6.01.01.07	Tributos e contribuições social diferidos	6.358	6.604
6.01.01.08	Provisões e atualizações monetárias para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	10.477	11.738
6.01.01.09	Benefício fiscal ágio incorporado	1.684	1.842
6.01.01.10	Obrigações com benefícios pós-emprego	3.351	3.266
6.01.01.11	P&D e eficiência energética	8.388	11.738
6.01.01.12	Valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros	6.111	-1.307
6.01.01.13	Receita de Ativo Idenizável	-10.323	-25.061
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-79.283	126.212
6.01.02.01	Consumidores, concessionários e permissionários	-6.451	-14.322
6.01.02.02	Valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros	103.887	83.955
6.01.02.03	Subvenção CDE - Desconto tarifário	-42.265	112.536
6.01.02.04	Tributos a compensar	-11.636	-3.324
6.01.02.07	Cauções e depósitos	-8.618	-1.791
6.01.02.08	Depósitos vinculados a litígios	-1.125	-1.037
6.01.02.09	Outros créditos	15.057	21.931
6.01.02.10	Fornecedores	-60.523	-89.212
6.01.02.11	Folha de pagamento	-388	1.002
6.01.02.12	Obrigações fiscais	-27.156	-5.528
6.01.02.13	Taxas regulamentares	3.182	43.780
6.01.02.15	Obrigações com benefícios pós-emprego	-4.760	-3.560
6.01.02.17	Pagamento das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-23.262	-19.922
6.01.02.18	Outros passivos	-15.225	0
6.01.02.19	Repasse CDE	0	10.662
6.01.02.20	Outras Obrigações	0	-8.958
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-124.727	-114.139
6.02.01	Aplicações no intangível e imobilizado	-122.322	-91.808
6.02.03	Títulos e Valores Mobiliários	-2.405	-22.331
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-92.761	-84.603
6.03.02	Pagamento de empréstimos e financiamentos	-74.256	-66.472
6.03.03	Pagamentos de juros de empréstimos	-17.738	-17.306
6.03.04	Parcelamento especial	-767	-825
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-84.009	111.739
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	168.127	57.230
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	84.118	168.969

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	554.946	358.671	1.399.839	0	0	2.313.456
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	554.946	358.671	1.399.839	0	0	2.313.456
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	101.144	0	101.144
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	101.144	0	101.144
5.07	Saldos Finais	554.946	358.671	1.399.839	101.144	0	2.414.600

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
7.01	Receitas	1.526.538	1.394.110
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.397.917	1.312.185
7.01.02	Outras Receitas	23.421	7.073
7.01.02.02	Outras receitas	23.421	7.073
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	122.251	91.275
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-17.051	-16.423
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-736.224	-636.567
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-598.018	-534.868
7.02.04	Outros	-138.206	-101.699
7.02.04.01	Custo de construção	-122.251	-91.275
7.02.04.02	Outras despesas operacionais	-15.955	-10.424
7.03	Valor Adicionado Bruto	790.314	757.543
7.04	Retenções	-41.545	-38.277
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-41.545	-38.277
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	748.769	719.266
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	25.390	43.240
7.06.02	Receitas Financeiras	25.390	43.240
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	774.159	762.506
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	774.159	762.506
7.08.01	Pessoal	42.834	41.239
7.08.01.01	Remuneração Direta	27.501	26.478
7.08.01.02	Benefícios	6.395	6.110
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.398	1.402
7.08.01.04	Outros	7.540	7.249
7.08.01.04.01	Outros Encargos Sociais	2.010	2.001
7.08.01.04.02	Previdência Complementar	2.262	2.244
7.08.01.04.03	Participação nos Resultados	3.268	3.004
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	576.847	569.427
7.08.02.01	Federais	263.665	252.750
7.08.02.02	Estaduais	312.188	315.857
7.08.02.03	Municipais	994	820
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	53.334	70.077
7.08.03.01	Juros	30.016	43.494
7.08.03.02	Aluguéis	2.845	3.076
7.08.03.03	Outras	20.473	23.507
7.08.05	Outros	101.144	81.763
7.08.05.01	Reserva de Incentivo Fiscal - ADENE	21.716	14.014
7.08.05.02	Retenção de Lucros	79.428	67.749

Comentário do Desempenho

Fortaleza, 04 de maio de 2017 – A Companhia Energética do Ceará – COELCE (ENEL DISTRIBUIÇÃO CEARÁ) [BOV: COCE3 (ON); COCE5 (PNA); COCE6 (PNB)], distribuidora de energia elétrica que atende 184 municípios cearenses (9 milhões de habitantes), eleita em 2016 pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (ABRADEE) a melhor distribuidora de energia do Brasil, divulga seus resultados do primeiro trimestre de 2017 (1T17). As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado de outra forma, são apresentadas de acordo com a legislação brasileira aplicável e vigente.

DESTAQUES

DESTAQUES DO PERÍODO

	1T17	1T16	Var. %	4T16	Var. % (1)
Volume de Energia - Venda e Transporte (GWh)*	2.742	2.798	-2,0%	3.017	-9,1%
Receita Bruta (R\$ mil)	1.520.168	1.391.711	9,2%	1.804.487	-15,8%
Receita Líquida (R\$ mil)	975.295	850.530	14,7%	1.202.234	-18,9%
EBITDA (2) (R\$ mil)*	192.746	165.318	16,6%	198.947	-3,1%
Margem EBITDA (%)*	19,76%	19,44%	0,32 p.p	16,55%	3,21 p.p
Margem EBITDA ex-Receita de Construção*	22,60%	21,77%	0,83 p.p	19,71%	2,89 p.p
EBIT (3) (R\$ mil)*	151.201	127.041	19,0%	158.547	-4,6%
Margem EBIT (%)*	15,50%	14,94%	0,56 p.p	13,19%	2,31 p.p
Lucro Líquido (R\$ mil)	101.144	81.763	23,7%	115.096	-12,1%
Margem Líquida	10,37%	9,61%	0,76 p.p	9,57%	0,80 p.p
Margem Líquida ex-Receita de Construção	11,86%	10,77%	1,09 p.p	11,40%	0,46 p.p
CAPEX (R\$ mil)*	126.875	95.745	32,5%	204.389	-37,9%
DEC (12 meses)*	9,22	10,45	-11,8%	8,81	4,7%
FEC (12 meses)*	5,54	5,81	-4,6%	5,04	9,9%
Índice de Arrecadação (12 meses)*	98,23%	98,46%	-0,23 p.p	98,49%	-0,26 p.p
Perdas de Energia (12 meses)*	12,79%	13,04%	-0,25 p.p	12,54%	0,25 p.p
Nº de Consumidores Totais*	3.925.909	3.788.233	3,6%	3.889.762	0,9%
Nº de Colaboradores (Próprios)*	1.135	1.158	-2,0%	1.140	-0,4%
MWh/Colaboradores Próprios e Terceiros*	362	399	-9,3%	402	-10,0%
PMSO (4)/Consumidor*	38,09	35,10	8,5%	44,60	-14,6%
Consumidor/Colaboradores Próprios e Terceiros*	518	540	-4,1%	519	-0,2%
Número Total de Colaboradores - Próprios e Terceiros	7.584	7.020	8,0%	7.497	1,2%

(1) Variação entre 1T17 e 4T16

(2) EBITDA: EBIT + Depreciações e Amortizações, (3) EBIT: Resultado do Serviço e (4) PM SO: Pessoal, Material, Serviços e Outros

PERFIL CORPORATIVO

Área de Concessão

A Companhia é responsável pela distribuição de energia elétrica em todo o Estado do Ceará, em uma área de 149 mil quilômetros quadrados, que compreende um total de 184 municípios. A base comercial da Companhia abrange aproximadamente 3,9 milhões de unidades consumidoras, e envolve uma população de cerca de 9,0 milhões de habitantes.

DADOS GERAIS*

	1T17	1T16	Var. %
Área de Concessão (km2)	148.921	148.921	-
Municípios (Qte.)	184	184	-
Habitantes (Qte.) (1)	8.978.055	8.919.835	0,7%
Consumidores (Unid.)	3.925.909	3.788.233	3,6%
Linhas de Distribuição (Km)	138.424	135.150	2,4%
Linhas de Transmissão (Km)	5.101	5.316	-4,0%
Subestações (Unid.)	113	112	0,9%
Volume de Energia 12 meses (GWh)	11.558	11.322	2,1%
Posição no Nordeste em Volume de Energia	3ª	3ª	-
Marketshare no Brasil - Nº de Clientes (2)	4,83%	4,66%	0,17 p.p
Marketshare no Brasil - Volume de Energia (2)	2,50%	2,46%	0,04 p.p

(1) Estimativa do número de Habitantes do Ceará de acordo com o IBGE

(2) Estimativa do número de consumidores Brasil de acordo com a ABRADEE



Estrutura de Controle e Organograma Societário Simplificado

A Coelce é uma sociedade anônima de capital aberto.

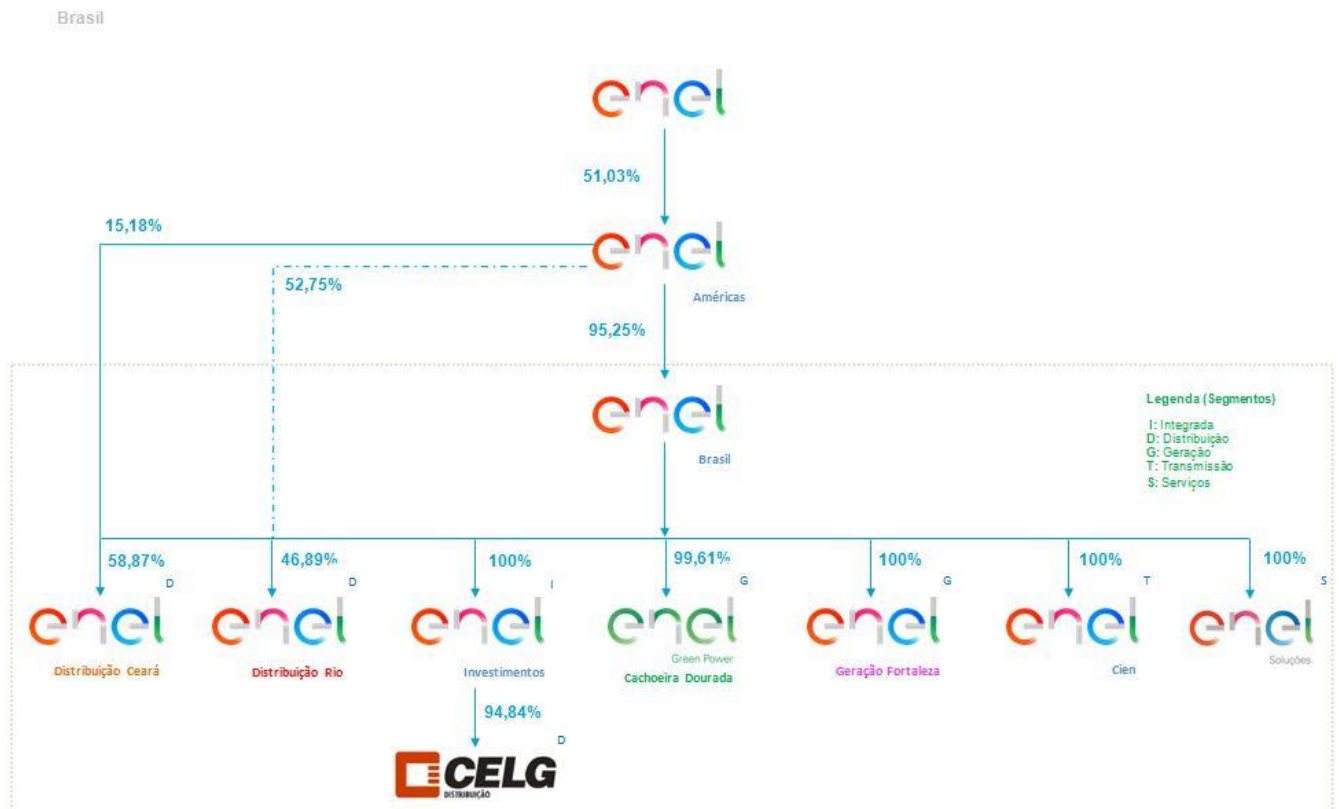
* Valores não auditados pelos auditores independentes

Comentário do Desempenho

ESTRUTURA DE CONTROLE (EM 31/03/2017)

	ON (1)	%	PNA	PNB	PN	%	TOTAL	%
Controladores	47.064.245	97,9%	10.588.006	424	10.588.430	35,5%	57.652.675	74,1%
Enel Brasil	44.061.433	91,7%	1.770.000	-	1.770.000	5,9%	45.831.433	58,9%
Enel Américas	3.002.812	6,2%	8.818.006	424	8.818.430	29,6%	11.821.242	15,2%
Não Controladores	1.003.692	2,1%	17.664.694	1.534.238	19.198.932	64,5%	20.202.624	25,9%
Eletrobras	-	-	3.967.756	1.531.141	5.498.897	18,5%	5.498.897	7,1%
Fundos de Pensão	919.403	1,9%	3.285.538	-	3.285.538	11,0%	4.204.941	5,4%
Fundos e Clubes de Investimentos	3.710	0,0%	6.091.852	-	6.091.852	20,5%	6.095.562	7,8%
Pessoas Físicas	46.137	0,1%	2.322.730	377	2.323.107	7,8%	2.369.244	2,9%
Outros	34.442	0,1%	1.996.818	2.720	1.999.538	6,7%	2.033.980	2,6%
Totais	48.067.937	100,0%	28.252.700	1.534.662	29.787.362	100,0%	77.855.299	100,0%

(1) As ações ordinárias possuem Tag Along de 80%



DESEMPENHO OPERACIONAL

Mercado de Energia

Crescimento de Mercado

NÚMERO DE CONSUMIDORES (UNIDADES)*

	1T17	1T16	Var. %	4T16	Var. % (1)
Mercado Cativo	3.436.040	3.398.690	1,1%	3.416.431	0,6%
Residencial - Convencional	1.838.961	1.784.243	3,1%	1.783.475	3,1%
Residencial - Baixa Renda	815.625	848.890	-3,9%	847.212	-3,7%
Industrial	5.834	5.854	-0,3%	5.876	-0,7%
Comercial	174.588	176.677	-1,2%	174.337	0,1%
Rural	553.641	536.247	3,2%	558.013	-0,8%
Setor Público	47.391	46.779	1,3%	47.518	-0,3%
Cientes Livres	189	73	>100,0%	152	24,3%
Industrial	82	39	>100,0%	71	15,5%
Comercial	103	34	>100,0%	81	27,2%
Rural	4	-	-	-	-
Revenda	2	2	-	2	-
Subtotal - Consumidores Efetivos	3.436.231	3.398.765	1,1%	3.416.585	0,6%
Consumo Próprio	402	404	-0,5%	401	0,2%
Consumidores Ativos sem Fornecimento	489.276	389.064	25,8%	472.776	3,5%
Total - Número de Consumidores	3.925.909	3.788.233	3,6%	3.889.762	0,9%

(1) Variação entre 1T17 e 4T16

* Valores não auditados pelos auditores independentes

Comentário do Desempenho

O incremento no número de consumidores registrado ao final do 1T17 em relação ao ano anterior reflete o crescimento vegetativo do seu mercado cativo, com destaque para o crescimento nas classes residenciais (convencional e baixa renda) e rural, com mais 38.847 novos consumidores*.

Nos últimos 12 meses, os investimentos para conexão de novos clientes à rede da Companhia totalizaram o montante de R\$ 358 milhões*.

Venda de Energia na Área de Concessão

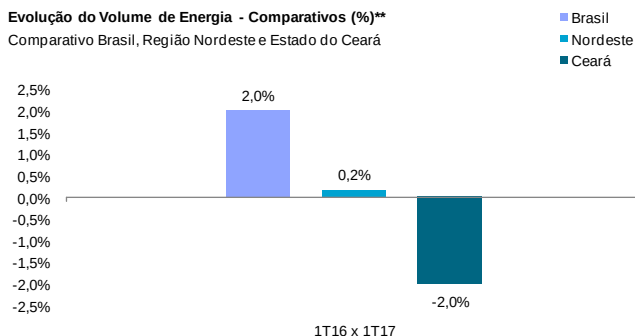
VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA (GWH)*

	1T17	1T16	Var. %	4T16	Var. % (1)
Mercado Cativo	2.302	2.526	-8,9%	2.618	-12,1%
Clientes Livres	440	272	61,8%	399	10,3%
Total - Venda e Transporte de Energia	2.742	2.798	-2,0%	3.017	-9,1%

(1) Variação entre 1T17 e 4T16

Evolução do Volume de Energia - Comparativos (%)**

Comparativo Brasil, Região Nordeste e Estado do Ceará



Mercado Cativo

VENDA DE ENERGIA NO MERCADO CATIVO (GWH)*

	1T17	1T16	Var. %	4T16	Var. % (1)
Residencial - Convencional	771	787	-2,0%	820	-6,0%
Residencial - Baixa Renda	243	258	-5,8%	270	-10,0%
Industrial	178	275	-35,3%	240	-25,8%
Comercial	464	533	-12,9%	543	-14,5%
Rural	297	325	-8,6%	360	-17,5%
Setor Público	349	348	0,3%	385	-9,4%
Total - Venda de Energia no Mercado Cativo	2.302	2.526	-8,9%	2.618	-12,1%

(1) Variação entre 1T17 e 4T16

VENDA DE ENERGIA PER CAPITA NO MERCADO CATIVO (KWH/CONS.)*

	1T17	1T16	Var. %	4T16	Var. % (1)
Residencial - Convencional	419	441	-5,0%	460	-8,9%
Residencial - Baixa Renda	298	304	-2,0%	319	-6,6%
Industrial	30.511	46.976	-35,0%	40.844	-25,3%
Comercial	2.658	3.017	-11,9%	3.115	-14,7%
Rural	536	606	-11,6%	645	-16,9%
Setor Público	7.364	7.439	-1,0%	8.102	-9,1%
Total - Venda per Capita no Mercado Cativo	670	743	-9,8%	766	-12,5%

(1) Variação entre 1T17 e 4T16

A variação observada acima (1T17 x 1T16), é explicada principalmente, pelos seguintes fatores: migração para o mercado livre de consumidores industriais cativos com um padrão de consumo superior a média dos consumidores industriais cativos; e redução do consumo médio das demais classes de consumidores em decorrência, principalmente, de menor temperatura média no estado do Ceará no 1T17.

Clientes Livres

TRANSPORTE DE ENERGIA PARA OS CLIENTES LIVRES (GWH)*

	1T17	1T16	Var. %	4T16	Var. % (1)
Industrial	358	245	46,1%	327	9,5%
Comercial	81	27	>100,0%	72	12,5%
Rural	1	-	-	-	-
Total - Transporte de Energia para os Clientes Livres	440	272	61,8%	399	10,3%

(1) Variação entre 1T17 e 4T16

TRANSPORTE DE ENERGIA PER CAPITA PARA OS CLIENTES LIVRES (KWH/CONS.)*

	1T17	1T16	Var. %	4T16	Var. % (1)
Industrial	4.366	6.282	-30,5%	4.606	-5,2%
Comercial	786	794	-1,0%	889	-11,6%
Rural	250	-	-	-	-
Média - Transporte per capita p/ Clientes Livres	2.328	3.726	-37,5%	2.625	-11,3%

(1) Variação entre 1T17 e 4T16

* Valores não auditados pelos auditores independentes

Comentário do Desempenho

A redução no transporte de energia per capita aos clientes livres no 1T17 em relação ao 1T16 é atribuída, principalmente, a uma redução do padrão médio de consumo dos novos clientes livres industriais, em comparação ao padrão de consumo dos que já se encontravam na base de clientes livres da Companhia no 1T16.

Compra de Energia

COMPRA DE ENERGIA (GWH)*

	1T17	1T16	Var. %	4T16	Var. % (1)
Central Geradora Termelétrica Fortaleza - CGTF	664	669	-0,7%	676	-1,8%
Centrais Elétricas - FURNAS	262	292	-10,3%	314	-16,6%
Companhia Hidroelétrica do São Francisco - CHESF	333	330	0,9%	370	-10,0%
Companhia Energética de São Paulo - CESP	17	183	-90,7%	24	-29,2%
Petróleo Brasileiro S/A - Petrobrás	266	273	-2,6%	275	-3,3%
Elettronorte	26	108	-75,9%	110	-76,4%
COPEL	15	41	-63,4%	30	-50,0%
CEMIG	111	116	-4,3%	131	-15,3%
Tractebel Energia S.A	68	77	-11,7%	94	-27,7%
Eletrobras Termonuclear S/A - Eletronuclear	93	94	-1,1%	95	-2,1%
PROINFA	60	56	7,1%	68	-11,8%
Outros	1.319	901	46,4%	1.321	-0,2%
Total - Compra de Energia s/ CCEE	3.234	3.140	3,0%	3.508	-7,8%
Liquidação na CCEE	(421)	(126)	>100,0%	(400)	5,3%
Total - Compra de Energia	2.813	3.014	-6,7%	3.108	-9,5%
Energia Distribuída					
Wobben e Energyworks	1	1	-	3	-66,7%
Total - Compra de Energia c/ Energia Distribuída	2.814	3.015	-6,7%	3.111	-9,5%

(1) Variação entre 1T17 e 4T16

Indicadores Operacionais

INDICADORES OPERACIONAIS E DE PRODUTIVIDADE*

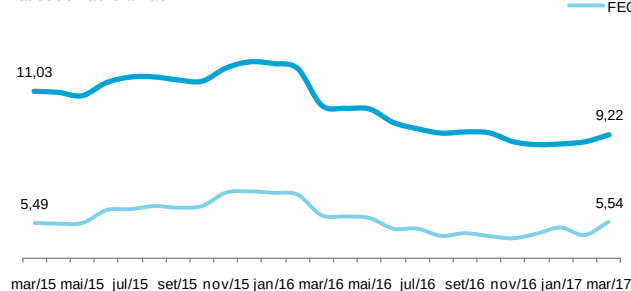
	1T17	1T16	Var. %	4T16	Var. % (1)
DEC 12 meses (horas)	9,22	10,45	-11,8%	8,81	4,7%
FEC 12 meses (vezes)	5,54	5,81	-4,6%	5,04	9,9%
Perdas de Energia 12 meses (%)	12,79%	13,04%	-0,25 p.p	12,54%	0,25 p.p
Índice de Arrecadação 12 meses (%)	98,23%	98,46%	-0,23 p.p	98,49%	-0,26 p.p
MWh/Colaboradores Próprios e Terceiros*	362	399	-9,3%	402	-10,0%
Consumidor/Colaboradores Próprios e Terceiros*	518	540	-4,1%	519	-0,2%
PMSO (2)/Consumidor	38,09	35,10	8,5%	44,60	-14,6%
Número Total de Colaboradores - Próprios e Terceiros	7.584	7.020	8,0%	7.497	1,2%

(1) Variação entre 1T17 e 4T16

(2) PM SO: Pessoal, Material, Serviços e Outros

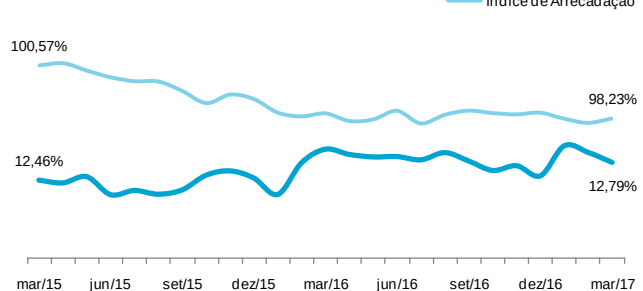
Evolução do DEC (Horas) e FEC (Vezes) TAM*

Dados de mar/15 a mar/17



Evolução das Perdas Totais (%) e Arrecadação (%) TAM*

Dados de mar/15 a mar/17



Qualidade do Fornecimento

Os indicadores DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) medem a qualidade do fornecimento de energia do sistema de distribuição da Coelce.

A Coelce investiu R\$ 49 milhões* em qualidade do sistema nos últimos 12 meses, e segue mantendo os indicadores melhores que os níveis exigidos pela Aneel (11,51 horas para o DEC e 8,45 vezes para o FEC).

Disciplina de Mercado

Nos últimos 12 meses, foram investidos R\$ 34 milhões* no combate às perdas.

* Valores não auditados pelos auditores independentes

Comentário do Desempenho

DESEMPENHO ECONÔMICO - FINANCEIRO

Resultado

PRINCIPAIS CONTAS DE RESULTADO (R\$ MIL) E MARGENS (%)

	1T17	1T16	Var. %	4T16	Var. % (1)
Receita Operacional Bruta	1.520.168	1.391.711	9,2%	1.804.487	-15,8%
Deduções à Receita Operacional	(544.873)	(541.181)	0,7%	(602.253)	-9,5%
Receita Operacional Líquida	975.295	850.530	14,7%	1.202.234	-18,9%
Custos do Serviço e Despesas Operacionais	(824.094)	(723.489)	13,9%	(1.043.687)	-21,0%
EBITDA(2)*	192.746	165.318	16,6%	198.947	-3,1%
Margem EBITDA*	19,76%	19,44%	0,32 p.p	16,55%	3,21 p.p
Margem EBITDA ex- Receita de Construção*	22,60%	21,77%	0,83 p.p	19,71%	2,89 p.p
EBIT(3)*	151.201	127.041	19,0%	158.547	-4,6%
Margem EBIT*	15,50%	14,94%	0,56 p.p	13,19%	2,31 p.p
Resultado Financeiro	(25.099)	(23.761)	5,6%	(19.524)	28,6%
Imposto de Renda, Contribuição Social e Outros	(24.958)	(21.517)	16,0%	(23.927)	4,3%
Lucro Líquido	101.144	81.763	23,7%	115.096	-12,1%
Margem Líquida	10,37%	9,61%	0,76 p.p	9,57%	0,80 p.p
Margem Líquida ex- Receita de Construção	11,86%	10,77%	1,09 p.p	11,40%	0,46 p.p
Lucro por Ação (R\$/ação)	1,30	1,05	23,7%	1,48	-12,1%

(1) Variação entre 1T17 e 4T16

(2) EBITDA: EBIT + Depreciações e Amortizações, (3) EBIT: Resultado do Serviço

Receita Operacional Bruta

RECEITA OPERACIONAL BRUTA (R\$ MIL)

	1T17	1T16	Var. %	4T16	Var. % (1)
Fornecimento de Energia Elétrica	1.334.367	1.236.278	7,9%	1.444.734	-7,6%
Subsídio Baixa Renda	49.206	44.774	9,9%	49.021	0,4%
Subvenção CDE - Desconto Tarifário	57.749	52.728	9,5%	85.269	-32,3%
Fornecimento de Energia Elétrica - Mercado Cativo	1.441.322	1.333.780	8,1%	1.579.024	-8,7%
Ativos e passivos financeiros setoriais	(103.753)	(72.942)	42,2%	(26.686)	>100,0%
Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica	43.370	25.122	72,6%	41.229	5,2%
Receita de Construção	122.251	91.275	33,9%	192.851	-36,6%
Outras Receitas	16.978	14.476	17,3%	18.069	-6,0%
Total - Receita Operacional Bruta	1.520.168	1.391.711	9,2%	1.804.487	-15,8%

(1) Variação entre 1T17 e 4T16

O aumento da receita operacional bruta da Coelce de 9,2% no 1T17 em relação ao 1T16 é resultado, principalmente, dos seguintes efeitos:

- Incremento de 8,1% na receita pelo fornecimento de energia elétrica – mercado cativo (+R\$ 107 milhões) como resultado de: (i) reajuste tarifário 2016, que passou a vigorar a partir de abril de 2016 gerando um incremento médio de 12,97% nas tarifas da Coelce; parcialmente compensado pela (ii) redução no volume de venda e transporte de energia em 2,0%.

Esse efeito foi parcialmente compensado por:

- Redução de R\$ 31 milhões na rubrica de ativos e passivos financeiros setoriais, em função, principalmente, da contabilização de passivos regulatórios, que serão deduzidos do próximo reajuste tarifário em abril de 2018. Os maiores passivos regulatórios devem-se, principalmente, a um menor custo de compra de energia no primeiro trimestre de 1T17 x 1T16 em relação ao que se encontra na tarifa.

Deduções da Receita

DEDUÇÕES DA RECEITA (R\$ MIL)

	1T17	1T16	Var. %	4T16	Var. % (1)
ICMS	(312.188)	(315.839)	-1,2%	(350.354)	-10,9%
COFINS	(108.454)	(99.047)	9,5%	(121.073)	-10,4%
PIS	(23.546)	(21.504)	9,5%	(26.286)	-10,4%
Total - Tributos	(444.188)	(436.390)	1,8%	(497.713)	-10,8%
Programa de Eficiência Energética e P&D	(8.388)	(11.738)	-28,5%	(9.948)	-15,7%
Encargo Setorial CDE	(90.745)	(91.731)	-1,1%	(93.093)	-2,5%
Outros impostos e contribuições a receita	(1.552)	(1.322)	17,4%	(1.499)	3,5%
Total - Encargos Setoriais	(100.685)	(104.791)	-3,9%	(104.540)	-3,7%
Total - Deduções da Receita	(544.873)	(541.181)	0,7%	(602.253)	-9,5%

(1) Variação entre 1T17 e 4T16

As deduções da receita foram superiores em R\$ 4 milhões em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Isto se deve, principalmente, às seguintes variações:

- Incremento de 1,8% (R\$ 8 milhões) nos tributos resultado, principalmente, do aumento da base de cálculo, parcialmente compensado por menor ICMS, cuja base de cálculo não incide as receitas oriundas de bandeiras tarifárias.

* Valores não auditados pelos auditores independentes

Comentário do Desempenho

- Redução de 3,9% (R\$ 4 milhões) nos encargos setoriais, que se deve, principalmente, à redução da quota de eficiência energética e P&D.

Custos e Despesas Operacionais

CUSTOS DO SERVIÇO E DESPESAS OPERACIONAIS (R\$ MIL)

	1T17	1T16	Var. %	4T16	Var. % (1)
Custos e despesas não gerenciáveis					
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(484.384)	(402.045)	20,5%	(592.650)	-18,3%
Encargo do Uso da Rede Elétrica	(33.808)	(67.453)	-49,9%	(28.516)	18,6%
Total - Não gerenciáveis	(518.192)	(469.498)	10,4%	(621.166)	-16,6%
Custos e despesas gerenciáveis					
Pessoal	(38.089)	(40.157)	-5,1%	(39.015)	-2,4%
Material e Serviços de Terceiros	(79.826)	(65.370)	22,1%	(91.993)	-13,2%
Depreciação e Amortização	(41.545)	(38.277)	8,5%	(40.400)	2,8%
Custo de Desativação de Bens	(5.099)	(3.203)	59,2%	(28.014)	-81,8%
Prov. para Créditos de Liquidação Duvidosa	(17.051)	(16.423)	3,8%	(34.239)	-50,2%
Provisões para Contingências	(3.723)	1.213	<-100,0%	(3.953)	-5,8%
Custo de Construção	(122.251)	(91.275)	33,9%	(192.851)	-36,6%
Outras Despesas Operacionais	(10.853)	(12.248)	-11,4%	(4.289)	>100,0%
Receita de multas por impuntualidade de clientes	12.535	11.749	6,7%	12.233	2,5%
Total - Gerenciáveis	(305.902)	(253.991)	20,4%	(422.521)	-27,6%
Total - Custos do Serviço e Despesa Operacional	(824.094)	(723.489)	13,9%	(1.043.687)	-21,0%

(1) Variação entre 1T17 e 4T16

O incremento nos custos e despesas operacionais no 1T17 em relação ao 1T16 ocorreu, principalmente, pelas seguintes variações:

Custos não gerenciáveis: incremento de R\$ 49 milhões, considerando as linhas de Energia Elétrica Comprada para Revenda e Encargo do uso da Rede Elétrica, as quais são explicadas principalmente pelos seguintes motivos:

- Durante o 1T17 a Companhia apurou maiores custos com energia comprada para revenda, devido principalmente, (i) a reajustes contratuais; (ii) estorno de provisão de custo de pagamento à UHE Jirau de R\$ 72 milhões no 1T16; e (iii) maiores vendas no Spot no 1T17 (421 GWh ao PLD médio de R\$ 205/MWh versus 126 GWh ao PLD médio de R\$ 366/MWh no 1T16).
- A variação na rubrica Encargo do Uso da Rede Elétrica, se explica, basicamente, por menor custo com ESS (Encargo de Serviço do Sistema) de segurança energética no 1T17, devido a um menor despacho térmico fora da ordem de mérito a fim de preservar a segurança energética do sistema.

Custos gerenciáveis: incremento nos custos e despesas gerenciáveis (R\$ 52 milhões). Excluindo-se o efeito do custo de construção, os custos e despesas gerenciáveis da Companhia, no 1T17, alcançaram o montante de R\$ 184 milhões, o que representa um aumento de R\$ 21 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior, cujo montante foi de R\$ 163 milhões, explicado por:

- Aumento de R\$ 5 milhões na rubrica de provisão para contingências, devido, principalmente, as reversões que ocorreram no 1T16.
- Aumento de R\$ 14 milhões em materiais e serviços de terceiros em razão basicamente de reajustes contratuais e aumento da atividade de operação e manutenção.

EBITDA

Segue abaixo a conciliação dos valores que compõem os cálculos do EBITDA e do EBIT, constantes das demonstrações financeiras da companhia, de acordo com a instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012:

CONCILIAÇÃO DO EBITDA E DO EBIT (R\$ MIL)

	1T17	1T16	Var. %	4T16	Var. % (1)
Lucro Líquido do Período	101.144	81.763	23,7%	115.096	-12,1%
(+) Tributo sobre o Lucro (NE 30)	24.958	21.517	16,0%	23.927	4,3%
(+) Resultado Financeiro (NE 29)	25.099	23.761	5,6%	19.524	28,6%
(=) EBIT	151.201	127.041	19,0%	158.547	-4,6%
(+) Depreciações e Amortizações (NE 28)	41.545	38.277	8,5%	40.400	2,8%
(=) EBITDA	192.746	165.318	16,6%	198.947	-3,1%

(1) Variação entre 1T17 e 4T16

Comentário do Desempenho

Resultado Financeiro

RESULTADO FINANCEIRO (R\$ MIL)

	1T17	1T16	Var. %	4T16	Var. % (1)
Receitas Financeiras					
Renda de Aplicações Financeiras	3.718	5.225	-28,8%	7.919	-53,0%
Acréscimo Moratório sobre Conta de Energia	8.257	6.963	18,6%	7.465	10,6%
Receita/Despesa ativo indenizável	10.323	25.061	-58,8%	(310)	<-100,0%
Variação monetária de ativos e passivos setoriais	-	1.307	-100,0%	(245)	-100,0%
Outras receitas financeiras	3.092	8.385	-63,1%	14.971	-79,3%
Total - Receitas Financeiras	25.390	46.941	-45,9%	29.800	-14,8%
Despesas financeiras					
Encargo de Dívidas	(26.646)	(32.080)	-16,9%	(29.371)	-9,3%
Variações Monetárias	(3.370)	(14.972)	-77,5%	(10.107)	-66,7%
Atualizações de Impostos, Provisões e Multas	(7.488)	(13.996)	-46,5%	(4.860)	54,1%
Multas	(224)	(1.012)	-77,9%	(1.585)	-85,9%
Variação monetária de ativos e passivos setoriais	(6.111)	-	-	-	-
Outras despesas financeiras	(6.650)	(8.642)	-23,1%	(3.401)	95,5%
Total - Despesas Financeiras	(50.489)	(70.702)	-28,6%	(49.324)	2,4%
Total - Receitas e Despesas Financeiras	(25.099)	(23.761)	5,6%	(19.524)	28,6%

(1) Variação entre 1T17 e 4T16

As despesas financeiras líquidas da Coelce, no 1T17, apresentaram um incremento de cerca de R\$ 1 milhão em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, como resultado das seguintes variações:

Redução de R\$ 18 milhões nas receitas financeiras, explicada principalmente por:

- Redução de R\$ 15 milhões na rubrica de receita/despesa ativo indenizável, explicado basicamente pela variação decorrente da implantação da resolução 674-Anel ocorrida em dezembro/16. Esta resolução alterou atributos de classificações de alguns ativos que ocasionaram mudança de vida útil nos bens já presentes no intangível, em conjunto, com a redução do IPCA entre os períodos comparados.

Redução de 17 milhões nas despesas financeiras, principalmente, por:

- Redução de R\$ 6 milhões na rubrica de encargos de dívida, explicado basicamente, pela redução do CDI no 1T17 versus 1T16, em conjunto, com a redução da dívida bruta entre os períodos comparados.
- Redução de R\$ 8 milhões na rubrica de variações monetária, se deve, principalmente, a redução da dívida atrelada a IPCA em conjunto com a redução do indicador de IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) entre os trimestres comparados.
- Incremento de R\$ 6 milhões na rubrica de ativos e passivos setoriais, devido basicamente, a transição de uma base de ativos para uma base de passivos de CVA'S, explicado principalmente pela diferença entre o preço real de energia estar abaixo do preço que está considerado no reajuste tarifário de 2016.

Tributos (IR/CSLL) e Outros

TRIBUTOS (IR/CSLL) E OUTROS (R\$ MIL)

	1T17	1T16	Var. %	4T16	Var. % (1)
IR e CSLL	(44.990)	(33.689)	33,5%	(52.255)	-13,9%
Incentivo Fiscal SUDENE	21.716	14.014	55,0%	30.169	-28,0%
Amortização do Ágio e Reversão da Provisão	(1.684)	(1.842)	-8,6%	(1.841)	-8,5%
Total	(24.958)	(21.517)	16,0%	(23.927)	4,3%

(1) Variação entre 1T17 e 4T16

As despesas com Imposto de Renda (IR), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e Outros (Amortização do Ágio e Incentivo Fiscal Sudene) no 1T17 registraram um incremento de R\$ 4 milhões. Esta variação reflete basicamente, o incremento da base de cálculo para estes tributos.

Endividamento

INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO

	1T17	1T16	Var. %	4T16	Var. % (1)
Dívida bruta (R\$ mil)	1.017.308	1.253.855	-18,9%	1.079.691	-5,8%
(-) Caixa, Equivalentes e Aplicações Financ. (R\$ mil)	88.931	198.562	-55,2%	170.535	-47,9%
Dívida líquida (R\$ mil)	928.377	1.055.293	-12,0%	909.156	2,1%
Dívida Bruta / EBITDA(2)*	1,37	1,99	-31,2%	1,51	-9,3%
EBITDA(2) / Encargos de Dívida(2)*	6,04	4,88	23,8%	5,57	8,4%
Dívida bruta / (Dívida bruta + PL)	0,30	0,38	-21,0%	0,32	-6,9%
Dívida líquida / (Dívida líquida + PL)	0,28	0,34	-17,3%	0,28	-1,6%

(1) Variação entre 1T17 e 4T16

(2) EBITDA e Encargos de Dívida acumulados nos últimos 12 meses;

A variação da dívida bruta deve-se, basicamente, as novas captações de dívidas (R\$ 145 milhões de financiamento com funding de repasse de recursos do BNDES), em conjunto com a correção monetária de 19 milhões e provisão de encargos de R\$ 122 milhões, parcialmente compensados, por amortizações e pagamento de encargos ocorridos entre os períodos comparados, que alcançaram respectivamente R\$ 398 milhões e R\$ 125 milhões.

* Valores não auditados pelos auditores independentes

Comentário do Desempenho

A Coelce encerrou o 1T17 (12 meses) com o custo da dívida médio de 12,43% a.a., ou CDI - 0,90% a.a.

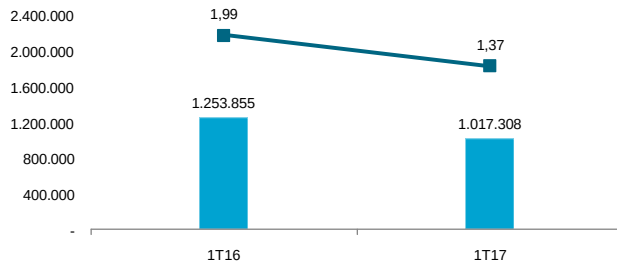
Colchão de Liquidez*

Para se precaver de qualquer necessidade emergencial de caixa, em 31 de março de 2017, a Companhia tinha a seu dispor R\$ 140 milhões em limites abertos de conta garantida e linhas comprometidas para utilização em operações de curto prazo.

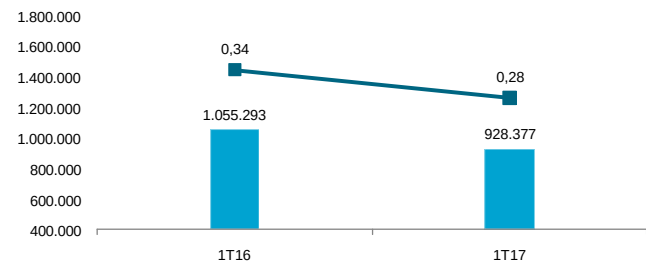
Classificação de Riscos (Rating)

Em março de 2017, a agência classificadora de risco de crédito corporativo Standard & Poor's reafirmou os ratings na Escala Nacional Brasil de longo e curto prazos 'brAA-/brA-1', respectivamente, atribuídos à Companhia. A perspectiva do rating de longo prazo é negativa.

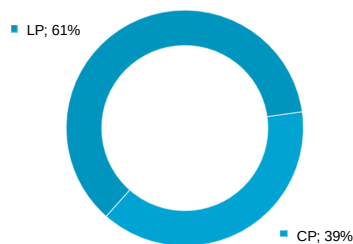
Dívida Bruta (R\$ Mil) e Dívida Bruta / EBITDA* (Vezes)
Evolução 1T16 - 1T17



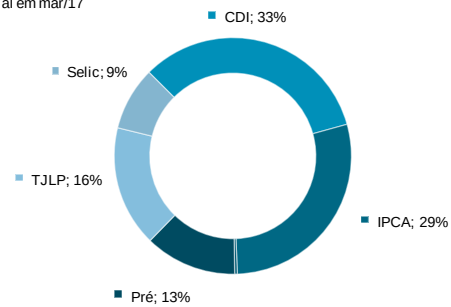
Dívida Líquida (R\$ Mil) e Alavancagem (Vezes)
Evolução 1T16 - 1T17



Abertura da Dívida Bruta - CP e LP
Posição Final em mar/17



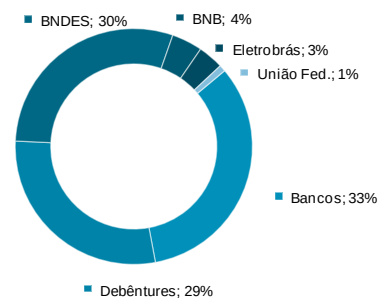
Abertura da Dívida Bruta - Indexadores
Posição Final em mar/17



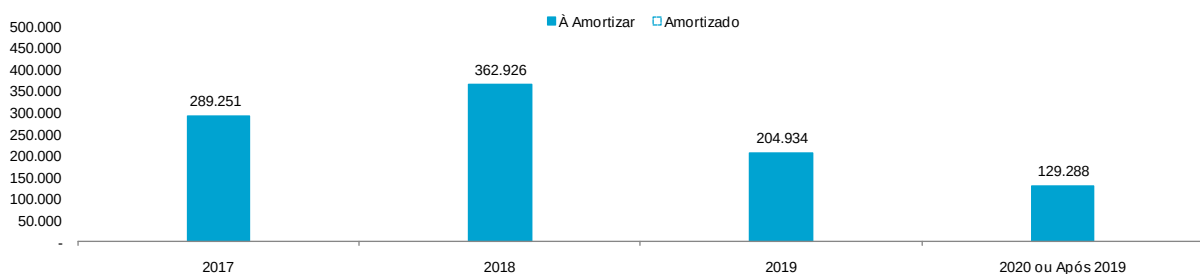
Abertura da Dívida Bruta - Moedas
Posição Final em mar/17



Abertura da Dívida Bruta - Credor
Posição Final em mar/17



Curva de Amortização (R\$ Mil)
Posição Final em mar/17



* Valores não auditados pelos auditores independentes

Comentário do Desempenho

Investimentos

INVESTIMENTOS (R\$ MIL)*

	1T17	1T16	Var. %	4T16	Var. % (1)
Novas Conexões	95.547	65.097	46,8%	101.704	-6,1%
Rede	15.606	21.998	-29,1%	25.130	-37,9%
Combate às Perdas	8.095	9.939	-18,6%	8.231	-1,7%
Qualidade do Sistema Elétrico	7.511	12.059	-37,7%	16.899	-55,6%
Outros	13.516	14.572	-7,2%	76.988	-82,4%
Variação de Estoque	2.206	(5.922)	<-100,0%	567	>100,0%
Total Investido	126.875	95.745	32,5%	204.389	-37,9%
Aportes / Subsídios	(4.426)	(3.943)	12,2%	(7.499)	-41,0%
Investimento Líquido	122.449	91.802	33,4%	196.890	-37,8%

(1) Variação entre 1T17 e 4T16

Mercado Bursátil

COTAÇÃO DE FECHAMENTO (R\$/AÇÃO)*

	1T17	1T16	Var. %	4T16	Var. % (1)
Ordinárias - ON (COCE3)	42,10	31,00	35,8%	42,10	-
Preferenciais A - PNA (COCE5)	49,99	38,79	28,9%	49,99	-
Preferenciais B - PNB (COCE6)	35,00	35,00	-	35,00	-

(1) Variação entre 1T17 e 4T16

variação sem ajuste por proventos

5 OUTROS TEMAS RELEVANTES

Bandeiras Tarifárias

A partir janeiro de 2015, as contas de energia incorporaram os efeitos do Sistema de Bandeiras Tarifárias. O sistema possui três bandeiras: verde, amarela e vermelha, que indicam se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de eletricidade.

Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo;

Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis.

Até 28/02/2015 - A tarifa sofre acréscimo de R\$ 1,50 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos;
De 01/03/2015 à 31/01/2016 - A tarifa sofre acréscimo de R\$ 2,50 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos;
De 01/02/2016 à 31/01/2017 - A tarifa sofre acréscimo de R\$ 1,50 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos;
A partir de 01/02/2017 - A tarifa sofre acréscimo de R\$ 2,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos (REH 2.203/2017)

Bandeira vermelha: condições mais custosas de geração.

Até 28/02/2015 - A tarifa sofre acréscimo de R\$ 3,00 para cada 100 kWh consumidos;
De 01/03 até 31/08/2015 - A tarifa sofre acréscimo de R\$ 5,50 para cada 100 kWh consumidos;
De 01/09/2015 à 31/01/2016 - A tarifa sofre acréscimo de R\$ 4,50 para cada 100 kWh consumidos;
De 01/02/2016 à 31/01/2017 - A tarifa passou a ter dois patamares de acréscimo (R\$ 3,00 ou R\$ 4,50 para cada 100 kWh consumidos);
A partir de 01/02/2017 - A tarifa dos dois patamares passou a ser R\$ 3,00 (patamar 1) e R\$ 3,50 (patamar 2) para cada 100 kWh consumidos.
(REH 2.203/2017)

Preço-Teto do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD)

Em 25 de novembro de 2014, a ANEEL aprovou novos limites do PLD de 2015. Reduziu o limite máximo de R\$823/MWh para R\$388/MWh e incrementou o limite mínimo de R\$16/MWh para R\$30/MWh. A decisão foi resultado de um amplo debate, que teve início com a Consulta Pública n.º 09/2014 e, posteriormente, a Audiência Pública n.º 54/2014. Os novos preços passaram a vigorar a partir da primeira semana de janeiro de 2015.

Em 15 de dezembro de 2015, a Resolução Homologatória n.º 2.002 da Aneel definiu os valores limites do PLD de 2016. O PLD máximo foi fixado em R\$ 422,56 /MWh e o valor mínimo em R\$ 30,25/MWh. Esses limites passaram a vigorar em 1º de Janeiro de 2016.

Em 13 de dezembro de 2016, a Resolução Homologatória n.º 2.190 da Aneel definiu os valores limites do PLD de 2017. O PLD máximo foi fixado em R\$ 533,82/MWh e o valor mínimo em R\$ 33,68/MWh. Esses limites passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2017.

Reajuste Tarifário Anual

De acordo com seu contrato de concessão, a Companhia teve o reajuste tarifário em 22 de abril de 2017. O reajuste tarifário médio foi de 0,15%, conforme homologado na Resolução Homologatória n.º 2.223, de 18 de abril de 2017, com vigência até 21 de abril de 2018. Para os consumidores de baixa tensão, haverá uma redução em torno de 0,39%. Já para os clientes de média e alta tensão, o reajuste foi cerca de 1,44%.

* Valores não auditados pelos auditores independentes

Notas Explicativas

Companhia Energética do Ceará

1. Informações Gerais

A Companhia Energética do Ceará - Coelce ("Companhia"), sociedade por ações de capital aberto registrada na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros com sede na Rua Padre Valdevino, nº 150, Fortaleza, Ceará, controlada pela Enel Brasil S.A. é uma concessionária do serviço público de energia elétrica, destinada a pesquisar, estudar, planejar, construir e explorar a distribuição de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME.

A Companhia tem como área de concessão 184 municípios cearenses, o qual é regulado pelo contrato de Concessão de Distribuição nº 01/1998, com vencimento em dezembro de 2028.

2. Apresentação das informações trimestrais

As Informações Contábeis trimestrais foram elaboradas e preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e de acordo com a Norma Internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting* emitida pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as Normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

Na elaboração das informações trimestrais foram adotados princípios e práticas contábeis consistentes com os divulgados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016, publicadas no Diário Oficial do Estado do Ceará em 21 de março de 2017. Essas informações trimestrais devem ser analisadas em conjunto com aquelas demonstrações financeiras, para melhor compreensão das informações apresentadas.

A autorização para emissão destas informações trimestrais ocorreu em reunião da Diretoria realizada em 28 de abril de 2017.

3. Revisão ordinária e extraordinária

Reajuste tarifário anual

Na Resolução Homologatória nº 2.065 de 19/04/2016, a ANEEL Homologou o resultado do reajuste tarifário anual de 2016 ocasionando um reajuste médio percebido pelos consumidores de 12,97%, vigente no período de 22 de abril de 2016 a 21 de abril de 2017.

4. Alterações e atualizações na legislação regulatória

a) Bandeiras tarifárias

No primeiro trimestre de 2017, vigoraram as bandeiras verde no mês de janeiro, e amarela nos meses de fevereiro e março.

Notas Explicativas**Companhia Energética do Ceará - Coelce****5. Reclassificação de saldos comparativos**

Com base nas orientações emanadas pelo CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”, a Administração da Companhia, objetivando a melhor apresentação da sua posição patrimonial e do seu desempenho operacional e financeiro, procedeu a partir de 1º de janeiro de 2016 a reclassificação da receitas/despesas de multas por impontualidade de “Receita/Despesa Financeira” para “Receita/Despesa Operacional” uma vez que a multa tem por fim reembolsar a Companhia de danos econômicos sofridos relacionados com a execução de procedimentos de cobrança (aviso de cobrança, reenvio de fatura, e outros). As mudanças efetuadas não alteram o total dos ativos e passivos, do patrimônio líquido, bem como o prejuízo do período divulgado em 06 de maio de 2016 pela Companhia.

Os efeitos dessas reclassificações na demonstração dos resultados estão apresentados a seguinte:

	Trimestre findo em 31 de março de 2016		
	Publicado	Reclassificação	Reclassificado
Receita líquida	862.279	(11.749)	850.530
Custo do serviço	(693.147)	-	(693.147)
Lucro operacional bruto	169.132	(11.749)	157.383
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas com vendas	(16.717)	-	(16.717)
Despesas gerais e administrativas	(24.530)	-	(24.530)
Outras despesas operacionais	(844)	-	(844)
Outras receitas operacionais	-	11.749	11.749
Total de receitas (despesas) operacionais	(42.091)	11.749	(30.342)
Resultado do serviço público de energia elétrica	127.041	-	127.041
Resultado financeiro			
Receita financeira	43.240	3.701	46.941
Despesa financeira	(67.001)	(3.701)	(70.702)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	103.280	-	103.280
Imposto de renda e contribuição social correntes	(13.071)	-	(13.071)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(6.604)	-	(6.604)
Benefício fiscal	(1.842)	-	(1.842)
Lucro do período	81.763	-	81.763

Notas Explicativas**Companhia Energética do Ceará - Coelce****6. Caixa e equivalentes de caixa**

Descrição	31/03/2017	31/12/2016
Caixa e contas correntes bancárias	13.235	34.706
Aplicações financeiras		
CDB (Aplicações diretas)	16.600	108.697
Operações compromissadas	48.356	22.197
	64.956	130.894
Fundos exclusivos		
CDB (Fundos exclusivos)	-	35
Operações compromissadas (Fundos exclusivos)	5.927	2.492
	5.927	2.527
Aplicações financeiras	70.883	133.421
Total	84.118	168.127

O excedente de caixa da Companhia é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, com alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia em um valor conhecido e com risco insignificante de perda. As aplicações financeiras da Companhia buscam rentabilidade compatível às variações do CDI. Dada à natureza e característica das aplicações financeiras, as mesmas já estão reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida ao resultado.

7. Títulos e valores mobiliários

	31/03/2017	31/12/2016
Fundos de investimentos exclusivos		
Títulos públicos	4.032	1.868
LF - Letra Financeira	781	540
Total	4.813	2.408

Nenhum desses ativos está vencido nem apresenta problemas de recuperação ou redução ao valor recuperável no encerramento do período.

Notas Explicativas**Companhia Energética do Ceará - Coelce****8. Consumidores e outras contas a receber**

Classe de consumidores	Saldos			Valor bruto	
	Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	31/03/2017	31/12/2016
Fornecimento					
Residencial	116.000	132.066	24.403	272.469	291.188
Industrial	15.119	11.209	54.235	80.563	94.049
Comercial	45.808	26.711	8.704	81.223	98.893
Rural	33.173	23.646	6.493	63.312	68.709
Poder público	29.572	11.340	5.070	45.982	53.080
Iluminação pública	9.801	4.150	1.920	15.871	16.958
Serviço público	12.364	2.198	2.228	16.790	18.038
Subtotal	261.837	211.320	103.053	576.210	640.915
Outras contas a receber					
Comercialização na CCEE	18.981	-	-	18.981	-
Fornecimento não faturado	186.123	-	-	186.123	152.839
Consumidores baixa renda	32.820	-	-	32.820	34.968
Parcelamento de débitos	-	23.322	22.706	46.028	41.853
Outras contas a receber	2.958	10.141	28.246	41.345	39.614
Subtotal	502.719	244.783	154.005	901.507	910.189
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Fornecimento	-	-	(86.481)	(86.481)	(80.720)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Outras contas a receber	-	-	(25.350)	(25.350)	(29.933)
Total circulante	502.719	244.783	42.174	789.676	799.536
Comercialização na CCEE	-	-	15.289	15.289	15.289
Parcelamento de débitos	-	-	7.158	7.158	7.982
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Outras contas a receber	-	-	(17.288)	(17.288)	(17.410)
Total não circulante	-	-	5.159	5.159	5.861

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

	31/12/2016	Adições	Baixas	31/03/2017
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(128.063)	(16.794)	15.738	(129.119)
	(128.063)	(16.794)	15.738	(129.119)

Notas Explicativas**Companhia Energética do Ceará - Coelce****9. Subvenção CDE - desconto tarifário**

	31/03/2017	31/12/2016
Resolução homologatória 1.711/2014	74.489	74.489
Resolução homologatória 1.882/2015	90.419	90.419
Resolução homologatória 2.065/2016	152.661	100.679
Parcela de ajuste (estimativa)	(3.974)	(917)
Atualização monetária	6.660	6.660
	320.255	271.330

Valor a ser repassado pela Eletrobras, para cobertura de descontos incidentes sobre as tarifas de energia de classes específicas de consumidores. Os recursos são oriundos da Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE"), e são homologados pela ANEEL no processo de reajuste anual das distribuidoras.

a) Compensação da obrigação Encargo CDE x Valores a receber subsidio baixa renda - CDE

Os valores em aberto de novembro de 2014 até a presente data (Resoluções homologatórias 1.711/14, 1882/15 e 2.065/16), foram objeto de compensação integral com os valores devidos à Eletrobras relativos a Encargos CDE, por força de decisão liminar proferida em favor da Companhia em 08/07/2015. Em função da decisão ser liminar, a Companhia mantém registrado no passivo circulante, em taxas regulamentares, o montante de R\$ 288.111 (R\$ 277.699 em 2016), correspondente à parcela a repassar a Eletrobras decorrente da subvenção CDE, que será compensado quando a decisão transitar em julgado.

10. Ativos e passivos financeiros setoriaisValores tarifários não gerenciáveis a compensar da Parcela A - CVA

Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os custos efetivamente incorridos e os custos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais, sendo estas variações atualizadas monetariamente pela taxa SELIC.

	31/03/2017		31/12/2016	
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Ativo circulante	Passivo não circulante
Compra de energia	15.126	1.055	121.839	(32.188)
Encargo de serviço do sistema - ESS	87.771	5.507	(92.883)	33.020
Conta de desenvolvimento Energético - CDE	1.725	196	12.754	(520)
Uso da rede básica	(7.079)	(451)	3.172	(995)
Outros	1.280	70	1.906	97
Conta de compensação de variação de custos da Parcela A	98.823	6.377	46.788	(586)
Repasse de sobrecontratação de energia	(11.083)	(711)	(63.528)	20.618
Recomposição de ICMS	(11.835)	(774)	61.956	(3.839)
Bandeira não faturada	7.585	-	-	-
Postergação de revisão tarifária	-	-	(13.571)	-
Neutralidade	(3.168)	(203)	(7.892)	3.084
Outros	(60.313)	42.561	66.599	28.336
Demais ativos e passivos financeiros setoriais	(78.814)	40.873	43.564	48.199
Total dos ativos e passivos financeiros setoriais	20.009	47.250	90.352	47.613

Notas Explicativas**Companhia Energética do Ceará - Coelce****11. Tributos a compensar**

	31/03/2017		31/12/2016	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Imposto de renda e contribuição social	28.862	-	22.549	-
ICMS (a)	47.697	27.462	41.257	32.364
ICMS parcelamento	11.056	-	11.056	-
PIS e COFINS	9.253	-	677	-
INSS Patronal	777	-	5.577	-
Outros tributos	59	-	50	-
Total	97.704	27.462	81.166	32.364

- a) Do total de crédito de ICMS, R\$ 55.773 em 31 de março de 2017 (R\$ 53.027 em 31 de dezembro de 2016) refere-se aos créditos vinculados à aquisição de bens do ativo permanente, os quais estão sendo compensados mensalmente à razão de 1/48 avos, e o valor de R\$ 19.386 (R\$ 20.594 em 31 de dezembro de 2016) refere-se a créditos de compra de energia e incentivos culturais os quais são compensados no mês seguinte.

12. Benefício fiscal**Ágio de incorporação da controladora**

O ágio oriundo da operação de incorporação de sua controladora Distriluz Energia Elétrica S.A., está fundamentado nos resultados futuros durante o prazo de concessão e vem sendo amortizado no prazo compreendido entre a data da incorporação (27 de setembro de 1999) até 31 de dezembro de 2027, em proporções mensais a sua rentabilidade projetada.

Conforme instrução normativa CVM nº 319, de 3 de dezembro de 1999, o registro contábil consistiu na constituição de uma provisão sobre o ágio a amortizar em contrapartida da reserva de ágio (reserva de capital) no montante que não se constitui benefício fiscal para a Companhia. Para recompor o resultado de cada período, será feita reversão da provisão na mesma proporção da amortização da parcela do ágio do respectivo período.

Benefício fiscal - ágio incorporado	31/03/2017	31/12/2016
Ágio da incorporação	775.960	775.960
Amortização acumulada	(635.357)	(630.400)
Provisão sobre o ágio	(429.365)	(429.365)
Reversão da provisão sobre o ágio	336.318	333.045
Saldo	47.556	49.240
Reserva de capital	31/03/2017	31/12/2016
Ágio da incorporação	775.960	775.960
(-) Desdobramento e resgate de ações	(125.407)	(125.407)
Provisão sobre o ágio	(429.365)	(429.365)
Saldo	221.188	221.188

A seguir o cronograma de realização do benefício fiscal:

Notas Explicativas**Companhia Energética do Ceará - Coelce**

	<u>31/03/2017</u>	<u>Percentual</u>
Em 2017	5.056	11%
Em 2018	6.168	13%
Em 2019	5.646	12%
2020 em diante	30.686	65%
	47.556	100%

13. Cauções e depósitos

<u>Instituição</u>	<u>Tipo de Aplicação</u>	<u>31/03/2017</u>		<u>31/12/2016</u>	
		<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>
Itaú-Unibanco TOP DI	Fundo de Investimento	52.929	-	44.242	-
Bradesco	CDB	-	6	-	6
Itaú	CDB	-	832	-	792
BNB	CDB	-	18.706	-	18.161
Banco do Brasil	Título do Tesouro EUA	-	7.373	-	8.027
Caixa	Caução	320	-	320	-
Total		53.249	26.917	44.562	26.986

14. Ativo indenizável (concessão)

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Saldo Inicial	1.103.190	889.932
Transferências do ativo intangível	36.708	160.408
Marcação a mercado - ativo indenizável	10.323	52.850
Saldo Final	1.150.221	1.103.190

A concessão de distribuição da Companhia não é onerosa. Desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao poder concedente.

O valor dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, para fins de indenização, está registrado com base no Valor Novo de Reposição ("VNR"), conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente.

Notas Explicativas**Companhia Energética do Ceará - Coelce****15. Imobilizado**

	Saldo em					Saldo em
	31/12/2016	Depreciação	Adição	Transferência	Reclassificação	31/03/2017
Imobilizado em serviço						
Máquinas e equipamentos	50.018	-	-	-	-	50.018
Móveis e utensílios	43.304	-	-	1.211	-	44.515
Subtotal	93.322	-	-	1.211	-	94.533
Depreciação acumulada						
Máquinas e equipamentos	(36.170)	(906)	-	-	-	(37.076)
Móveis e utensílios	(24.836)	(538)	-	-	-	(25.374)
Subtotal	(61.006)	(1.444)	-	-	-	(62.450)
Imobilizado em curso						
Máquinas e equipamentos	12.254	-	106	-	135	12.495
Móveis e utensílios	5.461	-	(35)	(1.211)	-	4.215
Subtotal	17.715	-	71	(1.211)	135	16.710
Total do imobilizado	50.031	(1.444)	71	-	135	48.793
Terrenos	5.602	-	-	-	-	5.602
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	132	(2)	-	-	-	130
Máquinas e equipamentos	17	-	-	-	-	17
Total dos Investimentos	5.751	(2)	-	-	-	5.749
Total	55.782	(1.446)	71	-	135	54.542

As principais taxas de depreciação que refletem a vida útil, de acordo com a Resolução Aneel nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

ADMINISTRAÇÃO	%
Equipamento geral	6,25%
Equipamento geral de informática	16,67%

Notas Explicativas**Companhia Energética do Ceará - Coelce****16. Intangível**

	31/03/2017				31/12/2016
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações Especiais	Valor Líquido	Valor Líquido
Em Serviço					
Direito de uso da concessão	4.242.070	(2.140.378)	(580.598)	1.521.094	1.544.186
Software	168.820	(108.269)	-	60.551	62.500
(-) Provisão para redução de recuperabilidade	(5.308)	-	-	(5.308)	(5.308)
(-) Provisão para desativação de bens	(45.793)	30.984	-	(14.809)	(33.453)
(-) Reclassificação OE	(208.142)	-	208.142	-	-
Em Curso					
Direito de uso da concessão	538.990	-	(196.702)	342.288	294.123
Software	47.172	-	-	47.172	47.143
Total	4.737.809	(2.217.663)	(569.158)	1.950.988	1.909.191

	Em Serviço				Em Curso			Total
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido	
Saldo em 31 de dezembro de 2015	3.950.787	(1.984.773)	(403.087)	1.562.927	364.596	(179.279)	185.317	1.748.244
Adições	-	-	-	-	529.986	(23.463)	506.523	506.523
Baixas	(37.113)	16.481	-	(20.632)	-	-	-	(20.632)
Amortização	-	(197.352)	32.825	(164.527)	-	-	-	(164.527)
Transferências	359.308	-	(8.743)	350.565	(359.308)	8.743	(350.565)	-
Transferências para o ativo indenizável	(160.408)	-	-	(160.408)	-	-	-	(160.408)
(-) Provisão para redução de recuperabilidade	-	-	-	-	(9)	-	(9)	(9)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	4.112.574	(2.165.644)	(379.005)	1.567.925	535.265	(193.999)	341.266	1.909.191
Adições	-	-	-	-	126.678	(4.427)	122.251	122.251
Amortização	-	(52.019)	8.273	(43.746)	-	-	-	(43.746)
Transferências	75.781	-	(1.724)	74.057	(75.781)	1.724	(74.057)	-
Transferências para ativo indenizável	(36.708)	-	-	(36.708)	-	-	-	(36.708)
Saldo em 31 de março de 2017	4.151.647	(2.217.663)	(372.456)	1.561.528	586.162	(196.702)	389.460	1.950.988

A Administração da Companhia entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, de acordo com definições da ANEEL para fins tarifários e de determinação da indenização dos bens reversíveis. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será amortizado de forma linear e limitado ao prazo remanescente do contrato de concessão da Companhia. Esse intangível é avaliado pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo de vencimento da concessão está alocado como Ativo Indenizável nos moldes da Lei nº 12.783/13.

Notas Explicativas**Companhia Energética do Ceará - Coelce**

As principais taxas de amortização que refletem a vida útil, de acordo com a Resolução Aneel nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

DISTRIBUIÇÃO	%
Condutor de tensão inferior a 69kv	3,57%
Estrutura poste	3,57%
Transformador de distribuição aéreo	4,00%
Medidor eletrônico	7,69%
Medidor eletromecânico	4,00%
Condutor de tensão superior a 69kv	2,70%
Transformador de força	2,86%
Conjunto de medição (tp e tc)	4,35%
Painel	3,57%
Regulador de tensão inferior a 69kv	4,35%

17. Fornecedores

	31/03/2017	31/12/2016
Compra de Energia	205.036	230.595
Encargo de Uso da Rede	10.405	9.926
Partes relacionadas (vide nota 22)	121.561	122.079
Materiais e serviços	99.782	134.707
Total	436.784	497.307
Circulante	436.782	497.299
Não circulante	2	8

18. Obrigações fiscais

	31/03/2017			31/12/2016		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Imposto de renda - IRPJ e contribuição social - CSLL	3.589	-	3.589	7.397	-	7.397
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	81.026	-	81.026	97.669	-	97.669
REFIS IV - Federal (Previdenciário)	1.829	12.043	13.872	1.869	12.770	14.639
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	18.986	-	18.986	21.575	-	21.575
Programa de integração social - PIS	4.112	-	4.112	4.666	-	4.666
Imposto sobre serviços - ISS	1.905	-	1.905	2.790	-	2.790
PIS/COFINS/IRRF/CSRF (Retidos na Fonte)	3.553	-	3.553	4.420	-	4.420
Outros tributos e contribuições	383	-	383	2.193	-	2.193
Total	115.383	12.043	127.426	142.579	12.770	155.349

Notas Explicativas

Companhia Energética do Ceará - Coelce

19. Empréstimos e financiamentos

Moeda estrangeira:	31/03/2017	31/12/2016	Início	Vencimento	Tipo de Amortização	Garantias	Encargos Financeiros
União Federal – Bônus de Desconto	3.654	3.737	15/08/1997	11/04/2024	Ao Final	Recebíveis e conta reserva	USD + Libor + 1,0125% a.a
União Federal – Bônus ao Par	5.329	5.399	15/08/1997	11/04/2024	Ao Final	Recebíveis e conta reserva	USD + 6,2% a.a.
Total moeda estrangeira	8.983	9.136					
Moeda nacional:							
Financiamentos							
Eletrobras	35.339	37.430	03/03/2000	30/09/2023	Mensal	Recebíveis e nota promissória	6,95% a.a.
Banco do Nordeste – FNE	42.617	47.945	29/12/2004	15/03/2019	Mensal	Recebíveis, fiança bancária e conta reserva	10% a.a.
BNDES FINAME (Capex 2012-2013)	25.792	26.823	28/08/2013	15/06/2023	Mensal	Recebíveis	3,00% a.a.
BNDES FINEM (Capex 2012-2013) A	43.203	46.357	28/08/2013	15/06/2020	Mensal	Recebíveis	TJLP + 2,8% a.a.
BNDES FINEM (Capex 2012-2013) B	43.215	46.371	28/08/2013	15/06/2020	Mensal	Recebíveis	TJLP + 3,8% a.a.
BNDES FINEM (Capex 2012-2013) F	921	980	28/08/2013	15/12/2020	Mensal	Recebíveis e conta reserva	TJLP
BNDES (Capex 2014-2015) A	80.918	84.898	28/12/2015	15/12/2021	Mensal	Recebíveis	TJLP + 3,1% a.a.
BNDES (Capex 2014-2015) B	88.191	90.109	28/12/2015	15/12/2021	Mensal	Recebíveis	SELIC + 3,18% a.a.
BNDES (Capex 2014-2015) FINAME	18.908	19.608	28/12/2015	15/12/2023	Mensal	Recebíveis	9,50% a.a.
Empréstimos							
Itaú CCB	100.459	156.190	20/03/2014	20/03/2019	Anual	-	112% CDI
Banco do Brasil (BB Agropecuário)	237.189	229.723	12/11/2014	07/11/2019	Semestral	-	107% CDI
Total moeda nacional	716.752	786.434					
Total de empréstimos e financiamentos	725.735	795.570					
Circulante	244.289	240.074					
Não circulante	481.446	555.496					
	725.735	795.570					

Abaixo segue as condições contratuais:

Contratos	Objeto	Valor Total	Plano de Investimento	Desembolsado	Garantias
Financiamentos					
BNDES (Capex 2012-2013)	Financiamento do CAPEX	217.185	2012/2013	89%	Recebíveis
BNDES (Capex 2014-2015)	Financiamento do CAPEX	215.126	2014/2015	92%	Recebíveis
Eletrobras	Luz Para Todos	134.085	2004	86%	Recebíveis e nota promissória
Banco do Nordeste – FNE	FNE/PROINFRA	106.187	2011	100%	Recebíveis, fiança bancária e conta reserva
Empréstimos					
Bônus de Desconto e					
Bônus ao Par	Refinanciamento dívida	* 3.001	-	100%	Recebíveis e conta reserva
Itaú CCB	Capital de giro	150.000	-	100%	-
BB Agropecuário	Capital de giro	300.000	-	100%	-

*Valor em reais convertido pela taxa do dia da liberação 1,0808

Nas operações de financiamento com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e nos empréstimos com Itaú CCB, Eletrobras e Banco do Brasil Agropecuário, a Companhia comprometeu-se a cumprir as seguintes obrigações, durante a vigência dos contratos, as quais foram adequadamente atendidas em 31 de março de 2017:

Contratos	Obrigações Especiais Financeiras	Limite
BNDES / Itaú CCB	Endividamento financeiro líquido / LAJIDA (máximo)	3,50
BNDES / Itaú CCB	Endividamento financeiro líquido / Endividamento financeiro líquido + Patrimônio líquido (máximo)	0,60
Eletrobrás	Endividamento financeiro líquido / LAJIDA (máximo)	3,00
BB Agropecuário	Endividamento financeiro líquido / LAJIDA (máximo)	3,00

A curva de amortização dos empréstimos e financiamentos do passivo não circulante se apresenta da seguinte forma:

Notas Explicativas**Companhia Energética do Ceará - Coelce**

31/03/2017				
2018	2019	2020	Após 2020	Total não Circulante
147.224	204.934	60.464	68.824	481.446

20. Debêntures

	31/03/2017	31/12/2016	Emissão	Vencimento		Remuneração	Tipo de amortização	Quantidade de títulos
				Inicial	Final			
2ª Série 3ª emissão	291.974	284.585	17/10/2011	15/10/2016	17/10/2018	IPCA + 6,85% a.a.	Anual	29.600
(-) Custo de transação	(401)	(464)						
Total de debêntures	291.573	284.121						
Circulante	150.067	143.957						
Não circulante	141.506	140.164						
	291.573	284.121						

Em 31 de março de 2017 as debêntures são simples e não conversíveis em ações.

Abaixo segue disposta a mutação das debêntures:

	Circulante	Não circulante	Total
Em 31 de dezembro de 2016	143.957	140.164	284.121
Atualização monetária	-	2.557	2.557
Transferências	1.278	(1.278)	-
Encargos provisionados	4.832	-	4.832
Apropriação custo de transação	-	63	63
Em 31 de março de 2017	150.067	141.506	291.573

De acordo com a escritura de emissão das debêntures, a Companhia está sujeita à manutenção de determinados índices financeiros, calculados trimestralmente, com base em suas demonstrações financeiras. Em 31 de março de 2017, a Companhia cumpriu com os referidos índices.

Obrigações especiais financeiras	Limite
Dívida financeira líquida / EBITDA (máximo)	2,50
EBITDA/Despesa financeira líquida (mínimo)	2,75

Notas Explicativas

Companhia Energética do Ceará - Coelce

21. Taxas Regulamentares

	31/03/2017	31/12/2016
Conta de desenvolvimento energético - CDE (Vide nota 9)	288.111	277.699
Encargos emergenciais	2.467	2.467
P&D e Eficiência Energética	78.578	78.075
Repasso - CCRBT	6.933	12.233
Outros	1.438	491
Total	377.527	370.965
Circulante	305.284	304.886
Não Circulante	72.243	66.079

Os valores apresentados no não circulante, são exclusivamente programa de pesquisa e desenvolvimento e programa de eficiência energética.

22. Partes relacionadas

Empresas	Ref	Natureza da operação	31/03/2017					31/12/2016					31/03/2016				
			Ativo circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Receita/ Despesa	Intangível	Ativo circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Receita/ Despesa	Intangível	Ativo circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Receita/ Despesa	Intangível
Endesa Fortaleza - CGTF	(a)	Compra de energia	-	113.559	-	(253.396)	-	-	115.120	-	(234.610)	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Cachoeira Dourada S/A	(b)	Compra de energia	-	101	-	(255)	-	-	115	-	(332)	-	-	-	-	-	-
Enel Cien S/A	(c)	Encargo de Uso	-	199	-	(443)	-	-	192	-	(450)	-	-	-	-	-	-
Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE	(d)	Plano de pensão	-	1.819	93.494	(2.262)	246	-	2.974	93.748	(2.233)	513	-	-	-	-	-
Enel Soluções S/A	(e)	Agente de Arrecadação	92	2.751	-	(2.210)	-	102	1.698	-	213	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power	(f)	Compra de energia	-	-	-	(271)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Enel Itália	(g)	Serviços	-	730	-	-	-	-	732,00	-	-	-	-	-	-	-	-
Enel distribuiçõe SPA	(g)	Serviços	-	3.535	-	-	-	-	3.535,00	-	-	-	-	-	-	-	-
Enel Iberoamérica	(g)	Serviços	-	686	-	-	-	-	687,00	-	-	-	-	-	-	-	-
			92	123.380	93.494	(258.837)	246	102	125.053	93.748	(237.412)	513					
(-) Plano de pensão			-	1.819	93.494	(2.262)	-	-	2.974	93.748	(2.233)	-	-	-	-	-	-
Parte relacionadas			92	121.561	-	(256.575)	246	102	122.079	-	(235.179)	513					

Esses valores são classificados como outras contas a receber fornecedores e obrigações com benefícios pós-emprego, respectivamente (vide Notas 17 e 23)

As principais condições relacionadas às transações entre as partes relacionadas estão descritas a seguir:

- CGTF - Central Geradora Termelétrica S.A.: decorre substancialmente de operações de compra de energia por parte da Companhia cujo preço normativo é estabelecido pela ANEEL reajustável anualmente por uma cesta de indicadores composta pelas variações do IGP-M, do Dólar norte-americano e do gás natural contratado.
- Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A: operações de compra de energia por parte da companhia oriundos de leilão CCEAR 15º LEE 2015 ou MCSD 15º LEE 2015.
- Enel Cien S.A: despesas com a Rede Básica no período, esses contratos são homologados pela a ANEEL mediante despacho.
- FAELCE - Plano de pensão: A Companhia realiza repasses mensais destinados à manutenção financeira e aportes para reserva atuarial dos planos previdenciários dos funcionários da Companhia, classificados como "Benefício Definido" e "Contribuição Definida".

Notas Explicativas

Companhia Energética do Ceará - Coelce

- e) Enel soluções S/A: decorre substancialmente de contratos para a cobrança na fatura de energia elétrica de valores referentes aos serviços e/ou produtos ofertados por esta aos clientes da Companhia.
- f) Enel Green Power: decorre de operações de compra de energia baseada em contratos de fornecimento homogêneos pela ANEEL, com Enel Green Power Modelo I, Enel Green Power Modelo II, Enel Green Power Joana, Enel Green Power Pau de Ferro, Enel Green Power Emiliana, Enel Green Power Gerônimo, Enel Green Power Tacaicó e Enel Green Power Parapanema.
- g) Enel Italia, Enel Distribuzione Spa e Enel Iberoamérica: tem como objeto das operações a manutenção de licenças dos sistemas Nostrum, Oracle, SAP e também serviços associados ao projeto de telemando LATAM encerrando o período de março de 2017 com um passivo em aberto de R\$ 4.951.

Remuneração da administração

A remuneração total do conselho de administração e dos administradores da Companhia no trimestre findo em 31 de março de 2017 foi de R\$ 2.244 (R\$ 2.464 em 31 de março de 2016). A Companhia mantém ainda benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

23. Obrigações com benefícios pós-emprego

Os planos de assistência médica e FGTS para março de 2017 apresentaram um passivo total de R\$ 95.313 (R\$ 96.722 em 31 de dezembro de 2016).

Despesa reconhecida nas demonstrações do resultado relacionada com os planos BD e CD

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/03/2016</u>
Custo do serviço corrente	770	557
Custos dos juros	2.581	2.709
Total de despesas	<u>3.351</u>	<u>3.266</u>

24. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de seus consultores legais, foram provisionados todos os processos judiciais cuja probabilidade de perda foi estimada como provável.

Provisões com risco provável

	<u>31/12/2016</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Atualização Monetária</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>31/03/2017</u>
Trabalhistas	42.853	287	(379)	313	(87)	42.987
Cíveis	89.562	11.516	(3.884)	743	(1.504)	96.433
Fiscais	1.909	74	(169)	86	-	1.900
Regulatório	52.458	1.464	(5.186)	5.612	(21.671)	32.677
Total	<u>186.782</u>	<u>13.341</u>	<u>(9.618)</u>	<u>6.754</u>	<u>(23.262)</u>	<u>173.997</u>

Notas Explicativas

Companhia Energética do Ceará - Coelce

a) Riscos trabalhistas

Estão relacionados à indenização por acidentes, responsabilidade solidária, adicional de periculosidade, verbas rescisórias, reintegração, abono salarial, diferenças salariais, horas extras, e outros processos trabalhistas.

b) Riscos cíveis

Engloba processos relacionados a pedidos de ressarcimento por reajuste tarifário supostamente ilegal, indenização por acidentes/morte com energia elétrica e por danos causados em razão de oscilação na tensão do fornecimento de energia elétrica, desapropriações, ações de menor complexidade com trâmite nos juizados especiais, suspensão do fornecimento e cobranças indevidas de valores.

c) Riscos regulatórios

O processo punitivo regulatório é disciplinado pela Resolução Normativa nº 063/2004 da ANEEL. As penalidades previstas pelo regulamento vão desde advertência até a caducidade da concessão ou da permissão. Estas penalidades são aplicáveis a todos os agentes do setor elétrico e calculadas com base no valor de faturamento.

Contingências passivas com risco possível

A Companhia possui ações de natureza tributária, cível e trabalhista, que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por seus advogados e consultores legais como possível. As contingências passivas estão assim representadas:

	31/03/2017	31/12/2016
Trabalhistas	49.446	68.695
Cíveis	1.319.028	1.314.279
Fiscais	513.632	447.467
Juizados especiais	5.121	5.565
	1.887.227	1.836.006

Apresentamos, a seguir, os processos relevantes cujos consultores jurídicos estimam a probabilidade de perda como sendo possível e que não requerem constituição de provisão.

- a) No âmbito estadual, a Companhia discute substancialmente: (i) regime especial originado do termo de acordo nº 035/91; (ii) base cadastral de consumidores isentos, imunes e não tributáveis; (iii) crédito oriundo da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado; transferência de créditos; (iv) cancelamento de faturas; (v) estorno de crédito – consumidor baixa renda; (vi) imposto em determinadas operações; e (vii) energia adquirida para consumo próprio e (viii) diferença entre valores contabilizados e valores informados nas declarações fiscais. Os montantes envolvidos totalizam R\$ 428.493 em 31 de março de 2017 (R\$ 364.507 em 31 de dezembro de 2016).
- b) No âmbito municipal, a Companhia possui processos judiciais e administrativos com os Municípios de Fortaleza e Iguatu referentes ao ISS no valor atualizado de R\$ 40.824 e R\$ 3.898 em 31 de março de 2017 (R\$ 39.938 e R\$ 3.798 em 31 de dezembro de 2016).

Notas Explicativas

Companhia Energética do Ceará - Coelce

- c) Em relação aos tributos federais, a Companhia possui processos administrativos e judiciais referentes a IRPJ, CSLL e COFINS que totalizam o valor de R\$ 31.443 em 31 de março de 2017 (R\$ 30.774 em 31 de dezembro de 2016).
- d) No âmbito cível, refere-se a responsabilidade solidária com prestadores de serviços e danos materiais e morais.

Depósitos vinculados a litígios

A Companhia possui alguns depósitos vinculados à ações judiciais, os quais estão apresentados a seguir:

	31/03/2017	31/12/2016
Trabalhistas	15.462	14.725
Cíveis	19.683	19.363
Fiscais	3.780	3.712
Total	38.925	37.800

25. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social é composto de ações sem valor nominal e assim distribuídas:

	Ações ordinárias (em unidade)		Ações preferenciais (em unidade)				Total (em unidades)	
	Total (I)		Classe A		Classe B		Total (II)	
Enel Brasil S.A.	44.061.433	91,66%	1.770.000	6,26%	-	0,00%	1.770.000	5,94%
Enel Américas S.A	3.002.812	6,25%	8.818.006	31,21%	424	0,03%	8.818.430	29,60%
Eletrobrás	-	0,00%	3.967.756	14,04%	1.531.141	99,77%	5.498.897	18,46%
Fundos e Clubes de Investimento	3.710	0,01%	6.049.996	22,10%	-	0,00%	6.049.996	20,96%
Fundo de Pensão	919.403	1,91%	3.346.448	11,82%	-	0,00%	3.346.448	11,21%
Outros	80.579	0,17%	4.300.494	14,57%	3.097	0,20%	4.303.591	13,83%
Total de Ações	48.067.937	100,00%	28.252.700	100,00%	1.534.662	100,00%	29.787.362	100,00%
							77.855.299	100,00%

b) Reserva legal

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social. A companhia deixou de constituir saldo da reserva legal em virtude do saldo das reservas acrescido da reserva de capital exceder 30% do capital social.

c) Reserva de reforço de capital de giro

É composto pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas. A reserva de reforço de capital de giro é criada somente depois de considerados os requisitos de dividendo mínimo e seu saldo não podem exceder o montante do capital integralizado, conforme os termos do artigo 29, alínea d, IV do estatuto social da Companhia. A reserva de reforço de capital de giro pode ser usada na absorção de prejuízos, se necessário, para capitalização, pagamento de dividendos ou recompra de ações.

A Companhia excedeu o limite das suas reservas de lucros e encaminhará o assunto para Assembleia Geral Ordinária, que deverá deliberar sobre a capitalização ou distribuição do

Notas Explicativas

Companhia Energética do Ceará - Coelce

excesso, de acordo com o estatuto social e Art. 199 da Lei 6.404/76.

d) Reserva de incentivo fiscal

O saldo da reserva de incentivo fiscal apurado até 31 de dezembro de 2007 no montante de R\$ 106.323 foi mantido como reserva de capital e somente poderá ser utilizado conforme previsto na Lei nº 12.973/2014.

O valor correspondente ao incentivo SUDENE apurado a partir da vigência da Lei foi contabilizado no resultado do período, sendo ao final de cada período transferido para a reserva de lucro, devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis conforme previsto no artigo 545 do Regulamento de Imposto de Renda.

e) Reserva especial de ágio

A reserva de R\$ 221.188 foi constituída em função da reestruturação societária da Companhia, que resultou no reconhecimento do benefício fiscal diretamente no patrimônio, quando o ágio foi transferido para a Companhia através de incorporação, vide Nota 11.

f) Dividendos

De acordo com o estabelecido no estatuto social da Companhia e em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, o dividendo mínimo não será inferior a 25% do lucro líquido ajustado.

g) Outros resultados abrangentes

A Companhia reconhece como outros resultados abrangentes os ganhos e perdas atuariais oriundos de alterações nas premissas ou nos compromissos dos planos de benefício definido. A Companhia efetua a mensuração dos ganhos e perdas atuariais anualmente.

26. Lucro por ação

	<u>31/03/2017</u>
Numerador	
Lucro líquido de exercício atribuído aos acionistas da Companhia	
Lucro disponível aos acionistas ordinários	62.446
Lucro disponível aos acionistas preferenciais - Classe A	36.704
Lucro disponível aos acionistas preferenciais - Classe B	1.994
	<u>101.144</u>
Denominador (em milhares de ações)	
Número de ações ordinárias	48.068
Número de ações preferenciais - Classe A	28.253
Número de ações preferenciais - Classe B	1.535
	<u>77.856</u>
Percentual por ação	
Ações ordinárias	61,74%
Ações preferenciais - classe A	36,29%
Ações preferenciais - classe B	1,97%
Resultado básico e diluído por ação (em R\$)	
Ação ordinária	1,2991
Ação preferencial - Classe A	1,3771
Ação preferencial - Classe B	1,4290

Não há diferença significativa entre o lucro por ação básico e o cálculo de lucro por ação diluído, uma vez que a Companhia não possui instrumentos patrimoniais emitidos com realização no período.

Notas Explicativas**Companhia Energética do Ceará - Coelce**

A cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

As ações preferenciais não têm direito a voto, nem são conversíveis em ações ordinárias. Entretanto, gozam de prioridade no reembolso do capital, tendo o direito a dividendos mínimos não cumulativos de 6% ao ano para as ações de classe "A" e 10% para as ações de classe "B", calculados sobre o valor proporcional do capital social atribuído à respectiva classe, corrigido ao término de cada exercício social.

As ações preferenciais de classe "B" poderão ser convertidas em ações preferenciais de classe "A", a requerimento do interessado.

27. Receita Líquida

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/03/2016</u>
Fornecimento faturado	1.148.245	1.049.435
Fornecimento não faturado	186.122	186.843
Consumidores	1.334.367	1.236.278
Ativos e passivos financeiros setoriais	(103.753)	(72.942)
Subvenção baixa renda	49.206	44.774
Subvenção CDE - desconto tarifário	57.749	52.728
Receita de uso da rede elétrica-consumidores livres-revenda	43.370	25.122
Receita de construção	122.251	91.275
Outras receitas	16.978	14.476
Receita operacional bruta	1.520.168	1.391.711
(-) Deduções da receita		
ICMS	(312.188)	(315.839)
COFINS	(108.454)	(99.047)
PIS	(23.546)	(21.504)
P&D	(8.388)	(11.738)
Encargo setorial CDE	(90.745)	(91.731)
Taxa de fiscalização	(1.431)	(1.222)
Outros impostos e contribuições sobre a receita	(121)	(100)
Total de deduções de receita	(544.873)	(541.181)
Total	975.295	850.530

Notas Explicativas

Companhia Energética do Ceará

28. Receitas (custos/despesas) operacionais

Descrição	31/03/2017			31/03/2016		
	Custo do serviço	Despesa de vendas	Despesas gerais e Administrativas	Outras	Total	Total
Pessoal	(27.582)	-	(10.507)	-	(38.089)	(40.157)
Material	(3.516)	-	(85)	-	(3.601)	(3.892)
Serviços de terceiros	(66.921)	(370)	(8.934)	-	(76.225)	(61.478)
Energia elétrica comprada para revenda	(484.384)	-	-	-	(484.384)	(402.045)
Encargos do uso do sistema de transmissão	(33.808)	-	-	-	(33.808)	(67.453)
Depreciação e amortização	(38.379)	-	(3.166)	-	(41.545)	(38.277)
Custo na desativação de bens	(5.099)	-	-	-	(5.099)	(3.203)
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	-	(17.051)	-	-	(17.051)	(16.423)
Custo de construção	(122.251)	-	-	-	(122.251)	(91.275)
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	-	-	(3.723)	-	(3.723)	1.213
Indenizações DIC / FIC	(3.006)	-	-	-	(3.006)	(3.737)
Outras despesas operacionais	(4.264)	-	(3.022)	(561)	(7.847)	(8.511)
Receita de multas por impropriedade de clientes	-	-	-	12.181	12.181	11.507
Outras receitas operacionais	-	-	-	354	354	242
Total	(789.210)	(17.421)	(29.437)	11.974	(824.094)	(723.489)

A energia elétrica comprada para revenda foi impactada pelo aumento de 5,87% no custo médio de compra em relação ao mesmo período do ano anterior.

Notas Explicativas**Companhia Energética do Ceará****29. Resultado financeiro**

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/03/2016</u>
Receitas financeiras		
Renda de aplicação financeira	3.718	5.225
Juros e atualização monetária sobre impontualidade de clientes	8.257	6.963
Receita de ativo indenizável	10.323	25.061
Variação monetária de ativos e passivos setoriais	-	1.307
Variações monetárias	699	3.558
Juros fundo de pensão	62	143
Outras receitas financeiras	2.331	4.684
Total das receitas financeiras	25.390	46.941
Despesas financeiras		
Variações monetárias	(3.370)	(14.972)
Encargos de dívidas	(26.646)	(32.080)
Encargos fundo de pensão	(2.643)	(2.852)
Variação monetária de ativos e passivos setoriais	(6.111)	-
Atualização de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(6.754)	(12.951)
Atualizações de impostos	(734)	(1.045)
Atualização P&D/PEE	(292)	(344)
IOF/IOC	(742)	(142)
Outras multas	(224)	(1.012)
Outras despesas financeiras	(2.973)	(5.304)
Total das despesas financeiras	(50.489)	(70.702)
Resultado financeiro	(25.099)	(23.761)

30. Imposto de renda e contribuição social

	<u>31/03/2017</u>		<u>31/03/2016</u>	
	<u>Imposto de renda</u>	<u>Contribuição social</u>	<u>Imposto de renda</u>	<u>Contribuição social</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	126.102	126.102	103.280	103.280
Alíquota nominal dos tributos	15%	9%	15%	9%
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 20/mês	10%	-	10%	-
	(31.520)	(11.349)	(25.814)	(9.295)
Efeito das (adições) exclusões no cálculo do tributo				
Incentivos fiscais	22.114	-	14.014	-
Permanentes - despesas indedutíveis e multas	(3.611)	(1.301)	(221)	(201)
IFRIC 12 e perdas indedutíveis	709	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(12.308)	(12.650)	(12.021)	(9.496)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(29.525)	(10.791)	(5.310)	(7.761)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(4.499)	(1.859)	(4.869)	(1.735)

Notas Explicativas**Companhia Energética do Ceará - Coelce**

Incentivo fiscal	21.716	-	(1.842)	-
Total	(12.308)	(12.650)	(12.021)	(9.496)

A seguir a composição dos tributos diferidos:

	Balancos Patrimoniais		Demonstrações do resultado e resultado abrangente	
	31/03/2017	31/12/2016	31/03/2017	31/03/2016
IR e CS sobre diferenças temporárias	109.185	112.049	(2.864)	163
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	45.911	45.477	434	5.584
Provisão para ações judiciais e regulatórias	59.336	63.025	(3.689)	(3.903)
Provisão para obsolescência de estoque	1.015	1.015	-	-
Outras	2.923	2.532	391	(1.518)
IR e CS diferidos sobre ajustes dos CPCs - Resultado	(74.340)	(70.846)	(3.494)	(6.767)
Ativo indenizável (concessão)	(74.447)	(70.937)	(3.510)	(8.521)
Desreconhecimento de passivo regulatório	-	-	-	-
Correção monetária especial (CME) e complementar (CMC)	(1.698)	(1.714)	16	1.754
Diferido perdas de bens	1.805	1.805	-	-
Subtotal - impacto no resultado do exercício	34.845	41.203	(6.358)	(6.604)
IR e CS diferidos sobre ajustes dos CPCs - Resultado abrangente	51.882	51.882	-	406
Plano de pensão	51.882	51.882	-	-
Swap passivo	-	-	-	406
Total	86.727	93.085	(6.358)	(6.198)

Os valores dos ativos fiscais diferidos sobre diferenças temporárias, que poderão ser compensados com lucros tributáveis futuros, serão realizados pela Companhia em um prazo não superior a 5 anos, considerando as melhores estimativas da Administração.

31. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro**Considerações gerais**

A Companhia possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas gerenciais de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas praticadas pelo mercado.

Fatores de risco

A linha de negócio principal da Companhia está concentrada na distribuição de energia elétrica em toda a área de concessão do Estado do Ceará. Sua estratégia está sintonizada com a gestão financeira que aplica melhores práticas para minimização de riscos financeiros, observando também

Notas Explicativas

Companhia Energética do Ceará - Coelce

os aspectos regulatórios. A Companhia identifica os seguintes fatores de riscos que podem afetar seu negócio:

a) Risco de crédito

Esse risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes ou de uma contraparte, em um instrumento financeiro, não cumprir com suas obrigações contratuais. Esses riscos são avaliados como baixo, considerando a pulverização do número de clientes, o comportamento estatístico dos níveis de arrecadação e as políticas que estabelecem regras e limites para realizar operações com contrapartes. Essas políticas levam em consideração, dentre outras variáveis, a classificação de risco de crédito (*rating*) e valor do patrimônio líquido da contraparte.

	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Caixa e equivalentes de caixa	84.118	168.127
Títulos e valores mobiliários	4.813	2.408
Consumidores	794.835	805.397
Ativos financeiros setoriais	-	90.352
Ativo indenizável (concessão)	1.150.221	1.103.190
	2.033.987	2.169.474

Adicionalmente, a Companhia tem o direito de interromper o fornecimento de energia caso o cliente deixe de realizar o pagamento de suas faturas, dentro de parâmetros e prazos definidos pela legislação e regulamentação específicas. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida em montante julgado suficiente, pela Administração da Companhia, para cobrir prováveis riscos de realização das contas a receber.

A Administração considera bastante reduzido os riscos relativos aos créditos setoriais e indenizáveis, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente, referente a custos não recuperados por meio de tarifa.

Em 31 de março de 2017, a Companhia possuía a seguinte exposição:

(Agência Standard & Poor's)

<u>Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários</u>	<u>31/03/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
AA-	54.981	154.783
A+	15.050	31
Banco Central do Brasil	12.748	1.868
Não avaliado	6.152	13.853
Total geral	88.931	170.535

b) Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento

Os processos de Revisão e Reajuste Tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. Alterações na metodologia vigente devem ser amplamente discutidas e contarão com contribuições da Companhia, concessionárias e

Notas Explicativas

Companhia Energética do Ceará - Coelce

demaís agentes do setor.

Em caso de evento imprevisível que venha a afetar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, poderá a COELCE justificar e requerer ao regulador a abertura de uma Revisão Tarifária Extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A própria ANEEL também poderá proceder com Revisões Extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para repasse dos mesmos às tarifas.

c) Gestão do risco de capital

A Companhia administra seu capital, para assegurar as suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos e debêntures detalhados nas Notas 19 e 20, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários detalhados nas Notas 6 e 7, e pelo patrimônio líquido da Companhia (que inclui capital emitido, reservas e lucros acumulados conforme apresentado na Nota 25).

O índice de endividamento em 31 de março de 2017 é de 28% (28% em 2016), calculado pela razão entre dívida líquida e patrimônio líquido mais dívida líquida.

d) Risco de mercado (câmbio)

Este risco é proveniente da possibilidade de flutuações na taxa de câmbio, que possam acarretar em perdas para Companhia, como por exemplo, a valorização do dólar frente ao real, que aumentaria as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos indexados a dólar. A dívida em moeda estrangeira da Companhia não é significativa e não existe exposição a operações com derivativos de câmbio. A Companhia mantém monitoramento das taxas cambiais.

O efeito da variação cambial decorrente de contrato de compra de energia é repassado na próxima revisão tarifária da Companhia

e) Risco de encargos de dívida

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como por exemplo, indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. Para minimizar esse risco, a Companhia prioriza a contratação de empréstimos com taxas pré-fixadas (BNB e Eletrobras) e atrelados a outros índices menos voláteis às oscilações do mercado financeiro, como a TJLP (BNDES).

Em relação aos empréstimos indexados a taxas variáveis, a Companhia monitora as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Em 31 de março de 2017, a Companhia possuía 87% da dívida total indexada a taxas variáveis, sendo que 17% eram atrelados a indicadores menos voláteis às oscilações do mercado, como a TJLP contraídos com o BNDES.

Em 31 de março de 2017, a Companhia possuía a seguinte exposição:

Notas Explicativas**Companhia Energética do Ceará - Coelce**

Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários	31/03/2017	%	31/12/2016	%
Selic	4.032	3%	1.867	1%
CDI	65.737	93%	131.470	97%
Pré-Fixado	5.927	4%	2.491	2%
Total	75.696	100%	135.829	100%

Ativo Financeiro Indenizável	31/03/2017	%	31/12/2016	%
IPCA	1.150.221	100%	1.103.190	100%
Total	1.150.221	100%	1.103.190	100%

Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	31/03/2017	%	31/12/2016	%
Taxa fixa	127.585	13%	136.741	13%
TJLP	168.257	17%	178.606	17%
Selic	88.190	9%	90.109	8%
CDI	337.648	33%	385.913	36%
IPCA	291.974	29%	284.585	26%
Libor	3.654	0%	3.737	0%
Total	1.017.308	100%	1.079.691	100%

f) Risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias para captação de recursos para capital de giro e para empréstimos e financiamentos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A liquidez da Companhia é gerida através do monitoramento dos fluxos de caixa previstos e realizados com o objetivo de se precaver das possíveis necessidades de caixa no curto prazo. Com o intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, a gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimos prazos, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez.

Em 31 de março de 2017 a Companhia possuía de limites de conta garantida no valor de R\$ 140.000

As tabelas abaixo apresentam informações sobre os vencimentos futuros dos empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia que estão sendo considerados no fluxo de caixa projetado:

Notas Explicativas**Companhia Energética do Ceará - Coelce**

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
31 de março de 2017						
Empréstimos e Financiamentos Pré- fixados	3.884	7.294	32.145	84.018	20.025	147.366
Empréstimos e Financiamentos Pós- fixados	15.486	29.375	212.368	447.237	3.908	708.374
Debêntures	-	-	161.486	152.156	-	313.642
	19.370	36.669	405.999	683.411	23.933	1.169.382
31 de dezembro de 2016						
Empréstimos e Financiamentos Pré- fixados	3.763	7.354	32.850	91.949	23.013	158.929
Empréstimos e Financiamentos Pós- fixados	13.315	75.957	177.419	529.453	4.046	800.190
Debêntures	-	-	160.318	150.941	-	311.259
	17.078	83.311	370.587	772.343	27.059	1.270.378

Valorização dos instrumentos financeiros

O método de mensuração utilizado para cálculo do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses ativos e passivos, taxas de mercado vigentes e respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço:

			31/03/2017		31/12/2016	
	Categoria	Nível	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo						
Caixa e equivalente de caixa	Valor justo por meio de resultado	2	73.125	73.125	168.127	168.127
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio de resultado	2	4.813	4.813	2.408	2.408
Cauções e depósitos	Empréstimos e recebíveis	2	52.929	52.929	71.548	71.548
Consumidores	Empréstimos e recebíveis	2	802.814	802.814	805.397	805.397
Ativos financeiros setoriais	Empréstimos e recebíveis	2	-	-	90.352	90.352
Ativo indenizável (concessão)	Disponível para venda	3	1.150.221	1.150.221	1.103.190	1.103.190
Passivo						
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	Outros passivos financeiros	2	716.752	782.037	786.434	782.037
Debêntures em moeda nacional	Outros passivos financeiros	2	291.573	283.931	284.121	283.931
Empréstimos, financiamentos em moeda estrangeira	Outros passivos financeiros	2	8.983	6.768	9.136	6.768
Passivos financeiros setoriais	Outros passivos financeiros	2	47.250	47.250	47.613	47.613
Fornecedores	Outros passivos financeiros	2	121.561	121.561	122.079	122.079

As aplicações financeiras registradas no período (classificadas tanto como caixa e

Notas Explicativas

Companhia Energética do Ceará - Coelce

equivalentes de caixa quanto títulos e valores mobiliários) aproximam-se dos valores de mercado, pois são efetuadas a juros pós-fixados.

Valor justo hierárquico

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros

Essas análises têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

Vide abaixo análise de sensibilidade nas dívidas da Companhia estabelecida através da projeção das despesas financeiras para os próximos 12 meses de acordo com a curva futura dos indicadores divulgada pela BM&F.

Ativos	Risco	Base 31/03/2017	Cenários projetados - Dez.2018		
			Provável	Adverso	Remoto
Caixa, equivalentes de caixa e TVMs	Redução da SELIC	4.032	68	52	35
Caixa, equivalentes de caixa e TVMs	Redução do CDI	65.737	1.770	1.343	907
Caixa, equivalentes de caixa e TVMs	Pré-fixado	5.927	-	-	-
Ativo indenizável	Redução do IPCA	1.150.221	126.677	95.008	63.339
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Pré-fixado	(127.985)	(9.272)	(9.272)	(9.272)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta da TJLP	(168.257)	(16.962)	(19.770)	(21.893)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta da Selic	(88.191)	(8.886)	(10.358)	(11.808)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta do CDI	(337.648)	(61.266)	(69.242)	(77.052)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta do IPCA	(291.974)	(35.197)	(39.915)	(43.865)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta da Libor	(3.654)	349	(912)	(1.644)
			(2.718)	(53.066)	(101.254)

32. Compromissos

Notas Explicativas

Companhia Energética do Ceará - Coelce

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia acontecerão nos valores de R\$ 2.205.396 em 2017, R\$ 2.952.399 em 2018, R\$ 3.306.175 em 2019, R\$ 3.302.033 em 2020 e R\$ 75.020.032 após 2020.

33. Participação nos resultados

O montante dessa participação no período de janeiro a março de 2017 foi de R\$ 3.856 (R\$3.692 em 31 de março de 2016).

34. Cobertura de seguros

Os principais ativos em serviço da Companhia estão segurados por uma apólice de risco operacional e também o seguro de responsabilidade civil que faz parte do programa de seguros corporativos do Grupo Enel Brasil.

Riscos	Data de vigência		Importância Segurada	Limite máximo de garantia de garantia Sinistro
	De	Até		
Risco operacional	01/11/2016	31/10/2017	R\$ 895.787	R\$ 159.055
Responsabilidade civil	01/11/2016	31/10/2017	N/A	R\$ 636.220

35. Eventos Subsequentes

a) Gestão da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

Por força da Lei 13.360/2016, a partir de 1º de maio de 2017, terá início a assunção pela CCEE das competências previstas às Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás).

b) Reajuste tarifário

Em 18 de abril de 2017 a ANEEL aprovou o reajuste tarifário anual da Companhia, através da resolução Nº 2.223. As tarifas serão reajustadas, em média, em 0,15% para todos os clientes da concessionária. Para os consumidores de baixa tensão, em sua maioria clientes residenciais, haverá uma redução em torno de 0,39%. Já para os clientes de média e alta tensão, cerca de 1,44%.

c) Integralização de Capital

Em 25 de abril de 2017 ocorreu a assembleia Geral ordinária e extraordinária onde foi deliberado e aprovado a capitalização parcial do saldo da reserva de Reforço de Capital de Giro no valor total de R\$ 61.000.000,00 (sessenta e um milhões de reais) sem a emissão de novas ações.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da

Companhia Energética do Ceará - COELCE

Fortaleza - CE

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, da Companhia Energética do Ceará - COELCE ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2017, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity"). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações intermediárias do Valor Adicionado

Revisamos, também, as demonstrações intermediárias do valor adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2017 preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas informações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Fortaleza, 28 de abril de 2017.

BDO RCS Auditores Independentes

CRC 2 CE 001465/F-4

Jairo da Rocha Soares

Contador CRC 1SP 120458/O-6 – S - CE